



# RELATÓRIO E CONTAS

# 2015





# ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO.....	5
II. FACTOS MAIS RELEVANTES OCORRIDOS EM 2015.....	9
III. APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS.....	13
IV. FORMAÇÃO.....	19
V. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	25
VI. APOIO SOCIAL AOS MEMBROS.....	35
VII. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	39
VIII. OUTRA FUNCIONALIDADE DOS DEPARTAMENTOS.....	47
IX. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	73
X. CONCLUSÕES.....	77
XI. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	79
XII. BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	89
XIII. ANEXO.....	93
XIV. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR.....	113
XV. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA DE 2015.....	117
XVI. PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	123
XVII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	125





# I. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no estatuto, nos regulamentos e demais legislação aplicável, respeita à atividade desenvolvida no ano de 2015 pela Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

A OCC é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo decreto-lei 452/99, de 5 de novembro alterada pelo decreto-lei n.º 310 de 26 de outubro de 2009 e pela lei n.º 139/2015 de 7 de setembro.

Tem como missão regular e disciplinar o exercício da profissão de Contabilista Certificado, com sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45 em Lisboa e representações em todo o território nacional num total 13 nos seguintes distritos: Vila Real, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Faro, e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, Ponta Delgada e Funchal, respetivamente.

A sua estrutura orgânica é constituída por seis órgãos, que são: Assembleia Geral, Bastonário, Conselho Superior, Conselho Diretivo, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar. Com referência a 31 de dezembro de 2015, estavam inscritos 71 565 membros, o que faz dela a maior organização de regulação profissional existente em Portugal.

A sua organização interna suporta-se em seis departamentos, a saber: jurídico, técnico, sistema de informação, apoio aos órgãos, funcionamento e comunicação e imagem e ainda três serviços: receção e expedição do correio, contabilidade e tesouraria.

O Bastonário é assessorado em quatro áreas diferenciadas: jurídica, académica e formação profissional, técnica e relações internacionais.

A dia 31 de dezembro do ano de 2015, a OCC tinha ao seu serviço 136 colaboradores supervisionados nas respetivas funções por 17 membros dos órgãos sociais.

Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as que desempenham funções de natureza pública.



É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Em Portugal não há muito a tradição de valorizar estes documentos, mas sim os previsionais que pela sua contingência, como é óbvio, estão associados a uma certa dose de incerteza quanto à sua realização.

Outras culturas, por exemplo, a inglesa, atribui muito mais valor à discussão destes documentos do que aos documentos previsionais, conferindo assim uma maior aderência à realidade dos factos.

Atentos à dinâmica da Ordem, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado por manifesta e indiscutível maioria dos membros nas reuniões magnas. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma profissão cada vez mais forte, mais segura, mais aceite e credibilizada pela sociedade a quem se destina.

Sabemos, não pela razão, porque nunca o demonstram, que há pessoas que têm uma leitura distinta da nossa. Não é algo que mereça muito a nossa atenção, não só porque nunca demonstraram que seriam capazes de fazer melhor, mas sobretudo nunca manifestaram ideias projetos ou ações que demonstrassem que seriam capazes de fazer melhor.

Como temos dito e continuamos a dizer, nem sempre é possível agradar a todos. Num universo com cerca de 72 mil membros é uma missão quase impossível. Queremos, sim, estar do lado daqueles que vivem e viveram a nossa profissão noutros tempos permitindo aferir o que éramos e o que somos hoje. Queremos estar ao lado dos que têm o bom senso para avaliar o que está bem e o que está mal e não daqueles para quem o trabalho desenvolvido está sempre mal. Queremos estar do lado daqueles que sonham com uma profissão melhor, uma profissão sustentada, uma profissão de que os profissionais se orgulhem.

Não seria necessário mencioná-lo, mas as provas dadas dos cerca de 20 anos a gerir a nossa profissão, são, por si só, provas inequívocas da nossa capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

Na verdade obter-se no final do ano índices de execução da receita de 99,93 por cento e na despesa de 99,99 por cento, é qualquer coisa de inatacável, de



verdadeiramente científico e, não obstante o grande volume de investimento em curso, não se intrometeu minimamente na nossa capacidade de gerir os bens da Ordem.

São os melhores resultados de sempre alcançados na gestão da Ordem e devem, por isso, ser motivo de orgulho para todos os Contabilistas Certificados.

Mas esta boa performance não é obra de um homem só. Não é obra exclusiva do Bastonário, mas sim obra de uma equipa que, independentemente das funções que a cada um compete, as desempenha com zelo, com amor, com enlevo e dedicação as missões que lhe foram incumbidas. De referir ainda, que para este sucesso contribuíram ainda todos os colaboradores da Ordem que, não se negando a sacrifícios executam de uma forma exemplar o que os decisores entendem como correto no plano da gestão. Estes e todos aqueles que embora não integrando os órgãos estatutários da Ordem, com o seu exemplo de rigor, com a sua luta permanente na busca da perfeição, vão construindo com os seus atos, dia a dia uma profissão melhor.

Todos eles, sim todos independentemente da função, são os heróis que contribuem decisivamente para a verdadeira história da Contabilidade e da profissão que estamos a construir em Portugal.

E a História, para ser digna desse nome, não pode basear-se apenas em palavras ou discursos bem estruturados, ela tem que ter na sua base factos e ações que a confirmem. São esses factos, que comprovam a nossa atividade, e que a seguir se apresentam.







## II. FACTOS MAIS RELEVANTES OCORRIDOS EM 2015

Gerir uma instituição como a Ordem é sempre um desafio aliciante, independentemente da natureza dos projetos ou ações.

Mas, não obstante a boa vontade que colocamos na realização dos projetos idealizados, estes poderão ter maior ou menor relevância na vida da instituição.

Por isso, o cuidado que pomos no controle dos gastos ou no arrecadar das receitas ou até mesmo na preocupação que desde sempre cultivamos de cumprir religiosamente com o mundo que nos rodeia e que, de uma forma ou de outra, connosco se relaciona, não pode desmerecer das decisões que pelo impacto que tenham no cumprimento da função da Ordem, ou até mesmo na vida dos profissionais, deve merecer da nossa parte uma atenção mais cuidada.

No decurso de 2015 ocorreram factos que, em nossa opinião devem merecer o destaque em relação aos outros, pelo impacto esperado que tenham no desenvolvimento da profissão.

### **a) Alteração da designação da profissão**

Desde logo a alteração da denominação da profissão que vem corrigir uma deficiência estrutural que se encontrava em desconformidade com as responsabilidades, o rigor e a exigência que hoje se coloca no exercício da profissão. Sabemos que mudanças bruscas no enquadramento ou comportamento das pessoas, normalmente não são bem-vindas, especialmente para quem tem dificuldades em aceitar o desafio da mudança permanente que o mundo e a sua evolução hoje a todos obrigam. Contudo, o termo "técnico" que detinha a designação da nossa profissão, em nosso entender, era redutor das responsabilidades e rigor que hoje se lhe colocam. A confundibilidade com o facilitismo que o termo encerra, em nosso entender, era ele próprio redutor de uma profissão a quem se exige formação superior, aliada a outros níveis de exigência incompatíveis com o mencionado termo "técnico."



Por outro lado o que nós fazemos verdadeiramente é contabilidade e, não faria sentido que a reduzíssemos a um mero expediente “técnico.” Ela vai muito para além disso, na informação que presta e no apoio que pode e deve dar à gestão.

Esta é, em nossa opinião uma das alterações mais importantes que ocorreram no exercício de 2015, não tanto pelo seu impacto imediato, que até sofreu contestação de alguns profissionais, mas pelo alcance que ela terá no futuro da profissão.

Não vejo ninguém chamar aos médicos os técnicos da Saúde, aos advogados os técnicos do Direito, nem aos farmacêuticos os técnicos da Farmácia. Então porquê chamar aos Contabilistas os Técnicos, ainda por cima, oficiais das contas. Os Contabilistas não fazem contas, fazem Contabilidade.

De referir ainda o impacto positivo que esta alteração tem a nível internacional, em que nos aproximamos da designação da profissão noutros países.

#### **b) Investimentos: Centro de formação Lisboa e do Porto**

Os investimentos em curso, nos auditórios de Lisboa e Porto, pela repercussão que terão na diminuição dos gastos com o funcionamento normal da Ordem, a curto prazo, possibilitarão, não só a diminuição daqueles gastos, mas também, uma fonte acessória de receita da Ordem, o que permitirá a manutenção da actual estrutura de apoio aos membros, sem recurso ao aumento da quota mensal.

#### **c) Casa do Contabilista de Lisboa e do Porto**

As casas do Contabilista em Lisboa e Porto representam a concretização de um sonho desde há muitos anos acalentado. Delas poderão beneficiar todos os membros da Ordem, sem distinção da localidade onde trabalham ou residem, tratando-se de uma abrangência proporcional de âmbito nacional e não local.

#### **d) Ferramentas informáticas**

Outra iniciativa a que atribuímos grande relevância, tem a ver com a conceção e preparação de um conjunto de ferramentas informáticas dirigidas aos profissionais da contabilidade, através das quais vertemos o nosso conceito profissional e da sua necessária interligação com os sujeitos passivos, não só no conjunto de informação contabilística, mas também possibilitando aos Contabilistas Certificados o controle dos atos praticados e a sua coerência com as normas legais aplicáveis.

As ferramentas foram concebidas no sentido de evitar que os profissionais



se vissem confrontados com uma cada vez maior solicitação gratuita relacionada com a faturação e o seu envio pela internet, em que ao criar um mecanismo que ao seleccionar automaticamente alguma informação, possibilitasse o seu uso direto e automático pelo empresário, evitando por essa via a perda de tempo com apresentações que, pela sua simplicidade, eram intuitivamente assimiladas pelos sujeitos passivos.

O processo avançou, encontra-se hoje numa velocidade muito aceitável e, a avaliar pelos comentários que nos têm chegado, tem sido muito bem acolhido pelos profissionais.

Sabíamos e sabemos que iríamos com a nossa atitude criar alguns adversários a este projeto, mas a nossa vontade de servir falou mais alto do que os eventuais interesses envolvidos.

Quando arrancamos com o projeto, nos finais de 2013, questionamos, como é lógico o seu enquadramento legal e concluímos que o mesmo se enquadra no disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 5.º da lei n.º 2/2013, dado que se trata de uma prestação de serviços aos membros.

Outros interessados na matéria não compartilham da mesma opinião, e no dia 17 de dezembro de 2015 foi tornado público um documento em que se anunciava uma providência cautelar contra a Ordem, para que deixasse de prestar este serviço aos seus membros.

Até ao momento a Ordem não foi notificada da entrada de qualquer providência cautelar, nem de qualquer ação interposta contra a Instituição. Aguardamos pois o desenvolvimento do processo, sendo que é nosso entendimento que a razão está do nosso lado e que por ela lutaremos até ao limite das nossas forças.

#### **e) V Congresso**

O V Congresso realizado pela profissão no MEO Arena foi, indiscutivelmente, um momento muito alto da nossa profissão. Os cerca de 4 mil profissionais que marcaram presença no congresso, apoiado por intervenções de grande qualidade, criaram momentos ímpares que a nossa profissão teve oportunidade de viver.

#### **f) Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP)**

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, vulgarmente denominado (SNC-AP), foi um outro facto de grande relevância para a profissão, na medida em que representa um mundo



completamente novo para os profissionais da Contabilidade abrindo uma janela de oportunidades profissionais. Desde o primeiro momento que a Ordem tem apoiado e incitado o desenvolvimento e aplicação do SNC-AP, sentindo que está a cumprir a sua missão ao serviço da profissão e dos profissionais.

#### H) Relações Internacionais

Dando continuidade à afirmação internacional, em 2015 destacam-se dois grandes momentos- a Presidência no CILEIA (*Comité de Integración Latino Europa-América*) para o período de 2015 a 2017, por parte do Bastonário da Ordem e a representação da Ordem no *Board EFAA (European Federation of Accountants and Auditors)*, através de um vogal do Conselho Diretivo.

Em jeito de conclusão, a vida da Ordem é um somatório de muitas realidades que interligadas entre si, geram a actividade de uma das mais dinâmicas ordens nacionais.

Aquela atividade, para além das questões já descritas contextualizadas numa realidade diferenciada da normal gestão da Ordem, materializou-se nas seguintes ações:



### III.

## APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

A qualidade dos serviços prestados aos membros, desde sempre mereceu um cuidado e um carinho muito especial por parte dos órgãos dirigentes da Ordem. Não se trata de um capricho ou diferenciação, porque acreditamos piamente que o caminho do rigor, da honorabilidade e da qualidade, é o único com segurança perene para nos conduzir ao patamar da merecida aceitação social que desde há muito, pelas mais diversas formas, a profissão almeja alcançar.

A forte aposta que colocamos na formação profissional, no conhecimento atempado e na qualidade e amplitude dos temas seleccionados, são a prova inequívoca que lutamos com os pés bem assentes na terra na conquista dos valores que perseguimos para a profissão.

Daí termos vindo a desenvolver ao longo dos tempos um conjunto de ideias e projetos que temos disponibilizado aos membros no sentido da implementação dos valores descritos.

O apoio técnico prestado aos membros, conforme se disse numa conceção global, compreende uma panóplia complexa de meios, ações, atitudes e comportamentos, com o objetivo de propiciar aos membros uma maior compreensibilidade das missões a cumprir. Com esse objectivo, no ano de 2015, desenvolvemos as seguintes ações:

#### A) REUNIÕES LIVRES

Realizaram-se reuniões livres em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas, coordenadas pelos mais competentes técnicos nas áreas da Contabilidade e Fiscalidade que propiciaram respostas a dúvidas suscitadas pelos membros no exercício da profissão. Esta, é das formas mais eficazes e eficientes de apoiar os membros nas suas dúvidas e, embora de forma indireta, viver os problemas que aportam ao desenvolvimento e exercício da profissão.



## B) PLANO DE FORMAÇÃO ANUAL

No início do ano de 2015, divulgou-se o plano anual de formação da Ordem, abrangendo praticamente todas as áreas de conhecimento fundamentais para o exercício da profissão.

## C) BASE DE DADOS

Continuamos a disponibilizar a todos os profissionais, gratuitamente a base de dados da Ordem, hoje uma das mais importantes do país no domínio da informação contabilística e fiscal. Mediante um pequeno reajuste da base fiscal, disponibilizamos também aos Contabilistas de Moçambique uma base de dados do seu sistema fiscal que está a dar os primeiros passos. Tudo indica, que a breve trecho, esta ferramenta se constituirá, como já acontece em Portugal, num meio imprescindível para os profissionais moçambicanos.

## D) FERRAMENTAS INFORMÁTICAS

A Ordem procurando ir ao encontro das necessidades dos profissionais, numa tentativa de os libertar de serviços meramente administrativos, para os quais não estão vocacionados, tem vindo a fazer um grande esforço para através de ferramentas informáticas intuitivas, numa ótica de controle da legalidade por parte do membro, garantir a regularidade técnica contabilística e fiscal. Este conjunto de ferramentas informáticas visa estabelecer uma ponte de informação entre o contabilista e o seu cliente. Para o efeito e em cumprimento da obrigação do envio das faturas para o e-fatura, foi concebido um programa informático, de fácil funcionamento, que permita aos profissionais o controle dos documentos e aos empresários o exercício da função de faturação que até então fazia manualmente. A experiência tem sido muito positiva, libertando os profissionais para as funções nobres para as quais, se encontram verdadeiramente vocacionados: a construção de informação atempada importante para as tomadas de decisão dos empresários e ao mesmo tempo, garantir o cumprimento das obrigações legais e formalmente exigidas na lei. Em conclusão, um programa que liberte tempo ao Contabilista Certificado e lhe permita aferir do cumprimento das regras e normas aplicáveis aos factos em análise.

## E) CONSULTÓRIO TÉCNICO

O Consultório Técnico da Ordem, cumprindo a sua missão, continuou no ano de 2015 a responder às questões colocadas pelos membros. O prazo de resposta tem vindo a ser reduzido para próximo dos 15 dias e em alguns casos, por efeito da menor complexidade das questões até em prazos inferiores. Este departamento da Ordem, em articulação com o de Comunicação e Imagem, tem assumido a responsabilidade de selecionar e estruturar os temas a tratar nos diversos meios de comunicação social em que a Ordem intervém, versando questões de âmbito contabilístico e fiscal.



Atualmente o consultório técnico é constituído por 14 consultores internos e duas administrativas contando em 2015, com a colaboração de seis consultores externos.

### Atendimento presencial

Dias úteis das 9h00 às 17h00 – Não necessita de marcação (incluindo hora de almoço, onde existe sempre um técnico destacado).

Foram efetuados durante este ano 723 atendimentos nas instalações da OCC, sendo o mês de maio o que registou um maior afluxo com o atendimento de 95 contabilistas certificados atendidos presencialmente. A média anual de atendimentos presenciais é de 60 membros por mês.

Em relação ao ano de 2014 houve um acréscimo de 18,1% de atendimentos presenciais.

### Atendimento telefónico

Dias úteis das 9h00/12h00 – 13h30/17h00 – Exceto segunda-feira que termina às 16h30.

Durante o ano de 2015 foram atendidos 17 306 telefonemas de carácter técnico (média mensal de 1 442 telefonemas). Em relação a 2104, registou-se um acréscimo no número de atendimentos telefónicos de 6,6%.

O mês que registou uma maior solicitação a este departamento, em questões colocadas por telefone, foi o mês de maio com 2 195 telefonemas atendidos.

### Questões escritas

As questões escritas podem ser apresentadas na Pasta TOC, por carta, por correio eletrónico ou fax. Nos termos do regulamento de taxas e emolumentos, cada membro pode efetuar cinco perguntas escritas por ano gratuitamente, sendo que as que ultrapassem aquele número terão que ser pagas, não podendo cada pedido ter mais do que 3 perguntas em cada mensagem, o que na prática corresponde a 15 perguntas gratuitas em cada ano.

Foram efetuados a este departamento 7 924 pedidos por escrito, representando este número um acréscimo de 12.2 por cento relativamente ao ano transato (7 062 em 2014).

Dos 7 924 pedidos formulados, 655 foram anulados por diversos motivos (questões fora do âmbito do consultório, por pedido do membro, por duplicação, pedidos de resposta).



Os técnicos internos emitiram 6 730 pareceres de resposta a esses pedidos e àqueles que transitaram de 2014, representando 93 por cento do total de respostas. Os consultores externos asseguraram 500 respostas.

O total de pareceres emitidos durante o ano de 2015 foi então de 7 230, sendo o mês de março o mês com maior número de respostas enviadas.

Comparando com o ano de 2014, em que foram emitidos 6 525 pareceres, significa um acréscimo do número de respostas de 10.8 por cento.

No final de 2015 estavam por responder 378 pedidos de parecer os quais foram respondidos até 15 de janeiro de 2016.

### Artigos e crónicas em meios de comunicação social

Ainda durante o ano em referência, foram elaborados pelos técnicos deste departamento 64 artigos, dos quais 43 foram para o Jornal de Negócios e 21 para a Vida Económica. Foram ainda elaboradas 297 crónicas, sendo 236 referentes à TSF e 61 à TVI24.

Tais artigos foram compostos no âmbito de uma colaboração semanal com o Jornal de Negócios e com a Vida Económica. Quanto a este último período, o departamento reparte o escalonamento de artigos com o departamento jurídico e com os assessores do Bastonário.

As crónicas na TSF designadas "Conselho Fiscal" são emitidas todos os dias úteis da semana.

Em 2015, iniciou-se a colaboração com a TVI 24 com a rubrica "Impostos? Eu explico", com estreia em 9 de novembro e tem vindo a ser transmitida nos dias úteis. Para esta rubrica, o departamento elaborou 61 artigos técnicos durante 2015.

### Processos disciplinares

Durante o ano de 2015 foram analisados e emitidos os respetivos relatórios técnicos, relativamente a 11 processos disciplinares e processos de inquérito, solicitados pelo Conselho Disciplinar.

Seguem em anexo os quadros e gráficos que ilustram estas realidades.





### Consultório técnico

Artigos e crónicas elaborados e publicados	2015
Jornal de Negócios	43
Vida Económica	21
TSF	236
TVI 24	61
<b>TOTAL</b>	<b>361</b>

Atendimento Telefónico	Presencial	Telefone
Janeiro	78	1689
Fevereiro	65	1625
Março	80	1691
Abril	48	1419
Maio	95	2195
Junho	64	1266
Julho	55	1418
Agosto	34	844
Setembro	41	1184
Outubro	44	1300
Novembro	53	1350
Dezembro	66	1325
<b>TOTAL</b>	<b>723</b>	<b>17306</b>

### Situação de consultores internos/externos

Entradas	Transitadas de 2014	Respondidas	Anuladas
7924	339	7230	655

#### Técnicos internos

Por responder Final 2014	378
Por Responder de 2014	319
Entrada de questões em 2015	7422
Respondidas	6730
Anuladas	652
Por responder (até 31 dezembro 2015)	359

#### Técnicos externos

Por responder de 2014	20
Entrada de questões em 2015	502
Respondidas	500
Anuladas	3
Por responder (até 31 dezembro 2015)	19





## IV. FORMAÇÃO

Já por diversas vezes o temos referido, mas pela importância que a formação tem atualmente e no futuro da profissão, nunca é demais repeti-lo.

É nosso entendimento, que o futuro das profissões de interesse público deve assentar na qualidade e no rigor como os profissionais se comportam. A nossa, com especial relevo para a importância que tem na sustentabilidade financeira e numa visão das empresas como unidades económicas em continuidade, para além da tradicional complexidade do funcionamento dos sistemas fiscais, tendência que tudo indicia se agravará, pelo menos na dimensão em que a fraude e evasão fiscais evoluem, só pode ter como pilares de sustentação a diferenciação positiva da ação dos seus membros.

A conceção de uma profissão estabilizada em que a exigência do saber e do conhecimento não evoluem, só pode crescer e fortificar no desconhecimento do papel que está reservado à nossa profissão.

É nossa sincera e convicta opinião que os meandros da sociedade, dos negócios e dos caminhos para o cumprimento das obrigações de cidadania, tenderão a ser cada vez mais complexos e atribulados, exigindo cada vez mais saber e experiência para os evitar.

A fiscalidade, poderosa vertente da nossa profissão, muito embora gerando alguns conflitos com as regras da contabilidade, será sempre um dos maiores suportes de sustentabilidade da nossa profissão, pois é a vertente que lhe confere a componente associada ao seu interesse público.

Claro que ninguém nega a importância da informação contabilística na gestão das empresas e na sustentação das tomadas de decisão, mas haverá sempre a tentação de a considerar umbilicalmente associada ao interesse tendente para o particular do lucro das empresas. Isto é: Se uma empresa der lucro, pagar pontualmente os seus impostos, não se colocam, como até bem recentemente não se colocavam, preocupações com o flagelo do desemprego e das consequências que ele tem na instabilidade social que gera.



Algumas tendências mundiais de subordinação de valores de humanidade à rendibilidade financeira, não obstante os desaires de ela assentar, ainda hoje, na especulação desenfreada, tem conduzido a uma escandalosa concentração da riqueza mundial num número cada vez mais restrito de pessoas em preterição do enorme aumento do fosso entre os que a tudo têm direito e aqueles que não têm direito a nada.

Que arma nos resta para lutar, como atores interessados em todo aquele processo? Apenas o saber. Quem não sabe, precisa de alguém que saiba. Paga o saber e a disponibilidade. O saber tem que se adquirir, tem que se conquistar no dia a dia pelo estudo apurado das situações com que nos confrontamos.

Não é um mero capricho este permanente apelo à formação, ao conhecimento profundo e esclarecido aos membros da Ordem, é uma necessidade sentida e vivida que, no cumprimento da nossa missão, de regulador da profissão, nos sentimos no dever de inculcar aos profissionais.

É dentro desse espírito que concebemos a construção das bases de dados que gratuitamente distribuímos aos membros, evitando que os profissionais, como acontecia em tempos ainda não muito longínquos, fossem obrigados a percorrer as livrarias em busca das novas edições de códigos fiscais.

Tem sido dentro dessa preocupação que quinzenalmente realizamos a cada capital de distrito do continente e ilhas encontros que denominamos de reuniões livres, possibilitando aos membros *in loco* ouvir de viva voz as respostas às suas dúvidas.

Para além disso, todos os anos elaboramos um programa de formação que disponibilizamos aos membros para que optem pela formação que vá de encontro às suas necessidades.

Esta nossa permanente preocupação é reconhecida e aceite pelos membros, dado que, conforme evidenciam os resultados de 2015, de forma mais maciça e organizada, têm optado pela formação que a Ordem vem com regularidade ministrando.

A divisão que temos vindo a fazer das áreas da formação, com especial referência para a distância, parece ter encontrado eco nas necessidades dos profissionais.

A elaboração de um documento que temos vindo a designar por "manual da formação", por cada formação organizada, pelas opiniões recolhidas junto dos membros, é um importante auxiliar para uma melhor compreensibilidade dos temas.



Abaixo apresentamos a evolução das participações dos membros na formação ministrada pela Ordem.

#### Presença global de participação nos eventos da ordem

2011	2012	2013	2014	2015
125 636	119 756	147 215	105 809	137 026

A formação ministrada pela Ordem tem sido desde há muitos anos objecto de análise e estudo apurado por parte de um especialista em cada matéria, que elabora um documento que temos vindo a designar por "manual da formação", mas que na prática é um desenvolvimento profundo das temáticas objeto da formação, possibilitando pela sua existência que os membros, fora da formação, analisem mais pormenorizadamente este documento e possam esclarecer as suas dúvidas.

No decurso do ano de 2015, a Ordem realizou 197 eventos com carácter formativo, os quais orientou da seguinte maneira:

#### a) Formação eventual

Neste tipo de formação com a duração de 8 horas temos como objetivo sensibilizar os membros para as alterações ou inovações operadas nas áreas conexas com a profissão, comunicando o nosso entendimento sobre os temas em debate. É uma formação realizada a nível nacional, tendo por base as capitais de distrito, realizando-se três vezes por ano, nos meses de janeiro/fevereiro, junho/julho e outubro/novembro.

#### Frequência da formação eventual

2011	2012	2013	2014	2015
35 060	36 504	43 901	40 595	48 278

#### b) Formação à distância

A formação à distância, embora seja muito impessoal, por isso com manifesta dificuldade acrescida de comunicação, é, em nosso entender, a que melhor satisfaz alguns problemas típicos do nosso tempo, como é a incompatibilidade de horários, as distâncias nem sempre fáceis de ultrapassar e a anulação de gastos indiretos com a formação, que acabam sempre por existir. A forma como foi concebida, tem atenuado de forma muito significativa os seus efeitos negativos, isto a avaliar pela forte adesão que o processo tem tido junto dos profissionais.



### Frequência da formação à distância

2011	2012	2013	2014	2015
15 616	8 255	13 996	9 949	17 567

### C) Formação segmentada

A formação segmentada, normalmente com duração entre as oito e as 16 horas, é tipo de formação que se pode realizar em qualquer lugar do país, onde existam um mínimo de 30 interessados na frequência da formação. Tem um número limitado de participantes que não deverá ser superior a 60 e permite o estabelecimento do diálogo entre os formandos e os formadores. Nos últimos cinco anos este tipo de formação teve a seguinte evolução:

### Evolução da formação segmentada

2011	2012	2013	2014	2015
11 653	5 758	9 362	6 246	9 841

### D) Formação permanente

Este tipo de formação de duração temporal entre 16 e 32 horas, pode ser ministrada nos mesmos moldes que a formação segmentada, sendo a sua diferenciação apenas na complexidade do tema ou, na dimensão da formação a ministrar. Nos últimos cinco anos este tipo de formação teve a seguinte evolução:

### Frequência da formação permanente

2011	2012	2013	2014	2015
505	443	229	89	213

### E) Formação recorrente

A Ordem, como é natural, impõe a boa planificação das atividades para os temas a tratar, o que nem sempre poderá coincidir com os *timings* dos interessados na mencionada formação. Para colmatar esta eventual incompatibilidade, foi criada a figura da formação recorrente que em substância consiste em ministrar novamente formação já ministrada pela Ordem. Nos últimos cinco anos esta formação teve a seguinte evolução:

### Frequência da formação recorrente

2011	2012	2013	2014	2015
226	218	288	157	311



## F) Reuniões livres

As reuniões livres que a Ordem realiza duas vezes por mês em todas as sedes de distrito, foram dos eventos onde se manifestaram de forma mais institucional, as preocupações da Ordem com a formação. Na verdade a sua realização em 22 locais incluindo as Regiões Autónomas, com um custo de cerca de 400 mil euros por ano, é demonstrativo do esforço que empreendemos na qualificação profissional dos membros. Nos últimos cinco anos, participaram em todo o país os seguintes membros:

### Evolução das presenças nas reuniões livres das quartas

2011	2012	2013	2014	2015
34 017	41 024	46 627	41 849	47 090

## G) Conferências e outros eventos

A Ordem, dada a sua dimensão e as preocupações com que permanentemente se depara, não pode, nem se deve cingir apenas, ao plano de formação. Até por questões de oportunidade, nem sempre é previsível a elaboração dos temas. Para tanto, por efeito de parcerias com outras entidades, com instituições do ensino superior e por vezes, até com a própria Administração Pública ou mesmo, de sua própria iniciativa, caso o tema o justifica, a Ordem realiza outros eventos tais como, conferências, congressos, palestras e jornadas todos direcionados no sentido de um melhor e mais eficaz debate das questões em análise. Nos últimos cinco anos as participações neste tipo de eventos teve a seguinte evolução:

2011	2012	2013	2014	2015
28 559	27 554	32 812	6 934	13 726

Não obstante o descrito e porque temos do conhecimento uma concepção dinâmica e não estática, vamos continuar a apostar no futuro na consolidação e desenvolvimento de novas formas de formação, procurando propiciar aos membros da Ordem dos Contabilistas Certificados uma maior segurança no conhecimento para o exercício da nossa profissão.







## V. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A comunicação é de grande relevância no eficaz funcionamento da Ordem, e na capacidade de envolver os profissionais nas ações que a Ordem desenvolve.

Na verdade, informar, é fazer chegar aos interessados notícias relevantes, no caso concreto, para o exercício da profissão.

A vivência de projetos, estratégias e ideias sobre a melhor forma de exercermos a nossa profissão, é dos aspectos mais importantes para nos sentirmos por dentro das coisas, com elas viver e nelas participarmos.

Também neste domínio, 2015 foi um ano muito profícuo na implementação de cada vez melhores meios para exercermos a nossa profissão.

Arrancou definitivamente o projeto da Televisão dos Contabilistas Certificados (TVOCC), que pensamos estar concluído no final do mês de março, iniciando aí as emissões, nesta fase inicial via internet, mas pensamos a breve prazo constituirmo-nos na rede de canais privados.

A Pasta TOC, nome que designamos para a completa desmaterialização do funcionamento da Ordem, tem tido um sucesso extraordinário onde os números valem mais do que quaisquer afirmações.

Quer um quer outro, são projetos que pela sua dimensão não é possível concluir apenas num ano, não só pelo valor envolvido, mas também e principalmente pela necessidade de envolvimento dos colaboradores da Ordem.

Nos restantes aspectos relacionados com a comunicação, não houve grandes alterações, tendo funcionado de forma exemplar a comunicação entre os membros e a Instituição.

A afirmação constante da Ordem na sociedade portuguesa é uma outra vertente que se tem consolidado no decurso de 2015, e muitos cidadãos que, não



sendo profissionais da área, reconhecem o seu preponderante papel na aplicação de uma maior justiça fiscal.

A criação de um sistema que atribua aos membros um canal privilegiado de comunicação profissional que temos vindo a designar por email CC, será uma realidade, logo que concluídos os trabalhos da pasta TOC, sistema que o irá suportar tecnicamente.

Temos privilegiado a comunicação através da internet, sem menosprezar os meios tradicionais e nesse domínio, para além do descrito, desenvolvemos as seguintes ações:

### **a) Revistas**

A Ordem publica duas revistas sendo a revista TOC, alterada a designação da revista para Contabilista, através da qual se pretende a divulgação dos valores da profissão e dar a conhecer a sua atividade. Assenta numa estrutura polivalente, procurando abarcar o que de mais importante há para informar os profissionais. Contém uma entrevista de fundo sobre matérias de índole profissional ou conexas com a profissão, uma parte informativa, outra de artigos técnicos e uma parte de consultório, isto é a reprodução das respostas dadas aos membros sobre questões por eles colocadas. É uma publicação mensal, ininterrupta desde o mês de março do ano de 2000, oferecida a todos os membros da Ordem com a inscrição em vigor, bem como às instituições do Ensino Superior.

A Ordem publica ainda a revista "Contabilidade e Gestão" de cariz científico, isto é, artigos que são analisados pelo sistema de "blind revue". Tem uma publicação semestral e tem sido regularmente publicada desde a sua fundação, esta ultimamente em suporte informático e não em suporte de papel. Para além das suas duas revistas, a Ordem participa e dispõe de forma gratuita a todos os seus membros, em suporte informático, a revista do IDEFF, onde se abordam questões de grande interesse para a profissão e resultante de um protocolo assinado entre a Ordem e aquele Instituto da Faculdade de Direito de Lisboa.

### **b) Redes Sociais**

A Ordem, embora de forma discreta, tem vindo a participar cada vez mais nas redes sociais, divulgando as suas ideias e actividade, procurando informar os cidadãos da sua atividade e iniciativas.

### **c) Pasta TOC/CC**

O processo de estruturação e funcionamento da Ordem que temos vindo a designar por Pasta TOC/CC, é um sistema simples que consiste no facto



de cada membro da Ordem ter um espaço no sistema informático da Ordem, onde se concentra toda a atividade do membro. É um sistema fechado, isto é, que apenas o membro, através da sua *password* pode entrar e nele consultar, ou colocar quaisquer questões de índole geral, relacionado com a ordem, ou técnica, relacionado com as suas dúvidas sobre questões de natureza técnica. Este processo evoluiu e hoje ele comporta o funcionamento geral da ordem, assente numa preocupação base de, mesmo à distancia poderemos falar com todos os membros. Conforme já se mencionou, brevemente o sistema comportará também o denominado email profissional do membros, canal privilegiado de comunicação entre a Ordem e os seus membros.

Colocam-se de seguida alguns elementos constantes do relatório de atividades do Departamento de Comunicação e Imagem, com vista a uma melhor compreensibilidade da dimensão da gestão da ordem e conhecimento do seu funcionamento, no que respeita ao ítem em apreciação.

### Departamento de comunicação e imagem

O Departamento de Comunicação e Imagem (DCI) funciona sob a orientação do Bastonário e tem a seu cargo toda a estratégia de comunicação da Ordem com o interior e exterior, isto é, com os membros e com a sociedade em geral.

Na sequência dos anos anteriores, no decorrer de 2015 a Ordem solidificou a sua imagem e notoriedade junto da opinião pública.

O Bastonário foi auscultado em todas as questões fundamentais e decisivas da área fiscal.

Por essa via, a exposição pública da Ordem voltou a aumentar no ano passado. A opinião da Instituição passou a ser noticiável, de *per si*. O Bastonário é o foco e a origem da notícia. Apesar de continuar a comentar, através de declarações aos media, medidas oriundas do governo, passou a ser a fonte da própria notícia, refletida principalmente nos principais blocos noticiosos de horário nobre, quer na televisão generalista (RTP, SIC e TVI), canais cabo (RTP-Informação, SIC-Notícias e TVI-24), quer nas rádios (TSF, Renascença e Antena 1).

Também no âmbito da parceria com a TSF, foram organizadas duas conferências, no âmbito da apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e uma grande conferência sobre política fiscal, com os líderes partidários. De olhos postos na Comunidade dos países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), a OCC e esta rádio iniciaram ainda um novo ciclo de conferências a que chamaram de "Negócios em Português", até agora já realizaram dois eventos, um em São Tomé e Príncipe e outro em Moçambique.



A Ordem manteve uma presença assídua nos órgãos de comunicação social, tendo crescido ainda mais a visibilidade da Instituição e da profissão, imprimindo-se maior credibilidade pública.

O Bastonário foi convidado a pronunciar-se com maior assiduidade sobre temas de atualidade relacionados com a Fiscalidade e a Contabilidade, em programas de grande audiência e aceitação pública.

A grande conclusão digna de registo, baseado nos números, é que a Ordem e o seu dirigente máximo já são presença assídua no *prime time* televisivo, seja dos canais generalistas, seja dos canais de informação contínua por cabo. A presença regular do Bastonário em órgãos de comunicação de referência e credibilidade reconhecida, como é o caso da TSF, com o "Conselho Fiscal", o Diário Económico, com a coluna de opinião quinzenal do bastonário, já para não falar das solicitações cada vez mais regulares, nomeadamente em jornais de grande tiragem e em canais generalistas e de cabo especializados em informação para comentar assuntos da atualidade fiscal, são inequívocos da notoriedade de uma instituição e do seu representante máximo.

A OCC também deu início a uma parceria com a TVI que consiste na emissão de uma rubrica diária, que vai para o ar três vezes por dia, que se chama "Impostos? Eu explico!"

Pelas características de que se reveste o funcionamento do DCI, não se pode aferir uma leitura apenas através dos números.

Contudo, destacamos o que constituiu as principais tarefas desenvolvidas em 2015, tendo sempre em consideração a prossecução de uma política de comunicação eficiente, dinâmica e apoiada nas ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias.



### Entrevistas de fundo ao bastonário

Televisão – 8
TVI 24 – 18 setembro
RTP Informação – 27 julho
RTP Açores – 15 abril
RTP 2 – 24 março
RTP Informação – 18 março
RTP Informação – 16 fevereiro
TVI – 12 fevereiro
TVI 24 – 12 fevereiro
Jornais e revistas – 15
Jornal i – 12 dezembro
Diário Económico – 17 setembro
Correio da Manhã – 12 setembro
Vida Económica – 11 setembro
Correio da Manhã – 24 julho
Jornal i – 3 julho
Correio da Manhã – 25 junho
Diário Económico: Quem é quem – 24 junho
Correio da Manhã – 1 maio
Correio da Manhã – 14 abril
DN Madeira – 26 fevereiro
Vida Económica – 20 fevereiro
Correio dos Açores – 6 fevereiro
Opinião Pública – 15 janeiro
Revista TOC – janeiro
Rádio – 12
Antena 1 – 6 janeiro, 25 novembro.
TSF – 31 dezembro, 22 dezembro, 18 dezembro, 15 dezembro, 28 novembro, 25 outubro, 10 outubro, 18 setembro, 17 setembro, 12 maio.
Online – 5
Jornal i – 12 dezembro
Jornal i – 3 julho
Funchal Notícias – 11 maio
Jornal Negócios – 2 maio
TOC TV - janeiro
Outros – 8
Agência Lusa – 19 dezembro, 24 novembro, 12 outubro, 24 julho, 27 maio, 21 maio, 1 maio e 23 janeiro

Em 2015 realizaram-se 48 entrevistas de fundo ao Bastonário da OCC.

Por outro lado, e no total, a Ordem fez declarações aos *media*, através do seu Bastonário, em 1420 ocasiões.

Referências à Ordem em 2015
Imprensa -1045 referências
Rádio -375 referências
Televisão - 405 referências
Internet - 1002 referências



No total: 2827 referências. Foram registados apenas as declarações com substância e não referências à OCC inseridas noutra contexto.

Referências por órgãos de comunicação social 2015	
Imprensa	1045
Rádio	375
Televisão	405
Internet	1002
<b>TOTAL</b>	<b>2827</b>

A OCC foi mencionada 2827 vezes em 2015 na comunicação social, atendendo a que nas rádios e televisões as declarações passam mais do que uma vez.

No ano transacto, a Ordem tinha sido mencionada em 2151 ocasiões, o que revela uma tendência de reforço da visibilidade institucional. Relativamente a 2015, registou-se um total de 21 571 984 euros no retorno publicitário das notícias referentes à Ordem publicadas nos órgãos de comunicação social.

#### Opinião media/colaboração vida económica/jornal de negócios

Artigos publicados	
Bastonário – António Domingues de Azevedo	18
Colaboradores OCC (Jornal de Negócios, Vida Económico e DN Madeira)	123
Conselho Fiscal (TSF)	235
<b>TOTAL</b>	<b>376</b>

#### Livros editados/ apresentados pela OCC

Apresentação de livros – 2015	
Livro «Raízes de Aço», de Rui Rio	
Livro de «Normas Internacionais de contabilidade adotadas na Uniao Europeia», de Avelino Antão, João Paulo Marques, Armando Tavares e Sandra Alves	
Livro «A Joanhina e os Impostos», de Clotilde Palma	
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>

#### Livros e manuais editados

Brochura do VIII Encontro de História da Contabilidade	
Brochura TOConline	
Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2014	
Anuário Financeiro das Freguesias Portuguesas 2014	
Livro de resumos do XV Congresso – Coimbra	
Livro de resumos do V Congresso – Lisboa	
Contabilidade e Gestão n.ºs 15 e 16	
Livro «A Joanhina e os Impostos»	
Relatório e Contas 2014	
Relatório e contas deluxe 2014	
Plano de Atividades e Orçamento 2016	
118 Manuais de formação (Segmentada, eventual, permanente e distância)	
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>



### Folhetos / Calendários / Logos

Calendário OCC 2015
Calendário reuniões livres 2016
9 planos de formação
Logo OCC redesign
Institucionais – Nova imagem OCC (Materiais comunicação)
Conferência EFAA – Mapa de Lisboa
AFE – Artes finais flyer e rol up
TOC Online pop-ups e X-banners
SICAM – Layout
Vinhetas
Microsítio V Congresso
Conteúdos programáticos formação
Decoração entrada do edifício-sede Lisboa
Telas espaço obras Porto e Lisboa
Placas identificativas de membros
<b>TOTAL: 23</b>

### Eventos

21 janeiro – Colóquio Ordem e Tribunal Tributário de Lisboa, em Lisboa
27 janeiro – Conferência Iniciativa privada, em Viseu
11 fevereiro – Tomada de posse da comissão de controlo de qualidade, em Lisboa
24 fevereiro – Conferência Iniciativa Privada, em Aveiro
27 fevereiro – Conferência «A política fiscal na Região Autónoma da Madeira», no Funchal
5 março – XXI Conferência de Contabilidade e Fiscalidade, em Leiria
16 março – Ciclo de conferências «Portugal 2020», em Guimarães
18 março – Conferência A execução do OE 2015 – perspetivas para o futuro, em Lisboa
19 março – Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros, em Lisboa
23 março – Ciclo de conferências «Portugal 2020», em Vila Nova de Famalicão
24 março – Tomada de posse da comissão para a revisão do controlo de qualidade, em Lisboa
25 março – Conferência «Os desafios à gestão autárquica», em Lisboa
28 março – Assembleia geral, na Guarda
31 março – Sorteio dos membros e sociedades contabilidade a sortear, em Lisboa
8 abril – Sessão de esclarecimento sobre o justo impedimento, em Lisboa
14 abril – Conferência Iniciativa Privada, em Ponta Delgada
15 abril – Conferência do Observatório da Fiscalidade Portuguesa, em Lisboa
30 abril – Conferência «Fiscalidade e competitividade regional», no Funchal
5 maio – Reunião de trabalho entre o Bastonário da OCC e a Bastonário dos Advogados, em Lisboa
13 maio – Palestra do Bastonário sobre «A reforma do IRS» na Universidade Intergeracional de Benfica, em Lisboa
14 maio – Protocolo entre a Ordem e companhia de seguros Tranquilidade, em Lisboa
20 maio – Ciclo de conferências «Portugal 2020», em Lisboa
22 maio – 6.º encontro luso-brasileiro, em Évora
26 maio – Conferência Iniciativa Privada, em Lisboa
1 junho – Visita do Bastonário à Venezuela, onde participa em conferência organizada pelo DN Madeira e Câmara de Comércio Luso-Venezuelana



4 junho – Visita da Escola Técnica Empresarial do Oeste às instalações da Ordem
9 junho – Conferência OTOC/CAP sobre a atividade silvícola, em Santarém
11 e 12 de junho – XV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, em Coimbra
25 junho – Conferência da EFAA e da OCC, em Lisboa
30 junho – Assinatura de protocolo entre a OCC e a TVI, em Lisboa
30 junho – Apresentação do livro «Raízes de aço», de Rui Rio, em Lisboa
1 julho – Cerimónia de entrega dos certificados aos novos membros, em Lisboa
3 julho – Conferência «Procedimento e processo administrativo e tributário», em Lisboa
12 julho – Ciclo de conferências «Negócios em Português», em S. Tomé e Príncipe
21 julho – Conferência sobre política fiscal, em Lisboa
17 e 18 setembro – V Congresso dos TOC, em Lisboa
8 outubro – Assinatura de protocolo entre a Ordem e a Global Media, em Lisboa
10 outubro – XIII Encontro Nacional dos Contabilistas, no Porto
13 outubro – Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios, em Lisboa
14 outubro – Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios, no Funchal
16 outubro – Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios, em Ponta Delgada
16 outubro – Conferência Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais, em Ponta Delgada
3 novembro – Ciclo de conferências «Negócios em Português», em Moçambique
4 novembro – Bastonário participa no I Congresso da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, em Maputo
20 novembro – X Conferência Internacional do GEOCC, em Lisboa
21 novembro – X Conferência Internacional do GEOCC, no Porto
23 novembro – I Conferência Internacional para a Cidadania e Educação Fiscal, em Lisboa
24 novembro – Cerimónia de entrega dos certificados aos novos membros, em Lisboa
27 novembro – Conferência do CILEA, que elege Domingues de Azevedo presidente da entidade de matriz latina, em Santiago de Compostela
11 dezembro – VIII Encontro de História da Contabilidade, em Lisboa
16 dezembro – Conferência «As 500 maiores empresas da Madeira», no Funchal
19 dezembro – Assembleia geral, em Leiria
<b>TOTAL 52</b>

### Diversos

Vários	Totais
Telefonemas atendidos: - Confirmações de presenças em eventos (14%) - Propostas comerciais (publicidade, apresentações) (26%) - Assuntos relacionados com o SITO (10%) - Receção e reencaminhamento de chamadas para responsável do departamento (24%) - Esclarecimentos relacionados com o sítio (14%) - Pedido de reenvio de revistas e correção de moradas (6%) - Assuntos relacionados com design e imagem (6%)	4280
Emails respondidos	6420
Dossiê de Imprensa	5

### Telefonemas

Os 4280 telefonemas atendidos ao longo do ano dividem-se nas seguintes categorias: 14 por cento foram confirmações de presenças em eventos – o que revela um importante decréscimo devido ao crescente recurso dos membros ao correio eletrónico; 26 por cento foram propostas comer-





ciais (apresentações), 10 por cento, assuntos relacionados com o SITOC; 24 por cento, receção e reencaminhamento de chamadas para responsável do departamento; 14 por cento, esclarecimentos relacionados com o sítio; 6 por cento, pedidos de reenvio de revistas e, finalmente, 6 por cento, a assuntos relacionados com o *design* e imagem.

### Cobertura de eventos internacionais

A presença da Ordem em organizações internacionais tem exigido do Bastonário frequentes deslocações ao estrangeiro. O DCI efectuou *in loco* a cobertura do ciclo de conferências "Negócios em Português", em São Tomé e Príncipe e Moçambique, para além da deslocação do Bastonário a Caracas, no âmbito de uma organização do Diário de Notícias da Madeira.

### Intervenções no sítio

A página oficial da Ordem na internet continua a ser uma das prioridades no âmbito da estratégia de comunicação entre a Instituição e os membros. A atualização diária de notícias de carácter técnico e legislativo é uma das funções que cabe ao DCI. Como não podia deixar de ser, este departamento procede à inserção das notícias publicadas na imprensa sobre a OCC ou envolvendo responsáveis do Conselho Diretivo ou colaboradores da Instituição.

Assim, foram inseridas, ao longo do ano, um total de 1221 notícias, distribuindo-se pelos seguintes itens:

OTOC nos <i>media</i> :	345
Novidades de âmbito técnico	255
Comunicados	56
Opinião	90
Revista de imprensa	372
Agenda do Bastonário	70
Eventos realizados	24
Inquéritos	9

O sítio da Ordem continua a ser uma plataforma primordial de comunicação entre a Instituição e os seus membros.

A relevância e o carácter de certos eventos motivam a criação, desenvolvimento e manutenção de microssítios para estes acontecimentos. Foi o caso do V Congresso dos TOC que mereceu um microssítio exclusivo, com toda a informação relacionada com o evento. No mês de dezembro, iniciou-se a conceção do microssítio do I Congresso Internacional de Contabilidade Pública, que se realizará em maio, em Setúbal.



## Redes sociais

As novas plataformas das redes sociais foram "territórios" que continuaram a ser explorados pela Ordem no mais estreito contacto com os seus membros. A OCC tem uma presença assídua no *Facebook*, *YouTube*, *Twitter* e *Flickr*, com atualizações ao minuto de notícias associativas e de presenças da Instituição nos *media*.

Assim, no ano de 2015, foram feitas 5940 inserções no *Facebook* e no *Twitter*. Foram alojados 215 vídeos (Ordem na Rádio, Ordem na TV e reportagens) no *YouTube*.

Finalmente, no *Flickr*, o DCI inseriu durante o ano transato 3 523 fotografias relativas a eventos promovidos pela Ordem, com especial destaque para o V Congresso e as cerimónias de entrega dos certificados aos novos membros.

De referir ainda que o Facebook da Ordem se encontrava, no final de dezembro, acima da fasquia dos 36 mil seguidores, o que coloca a nossa instituição como a Ordem profissional portuguesa com mais seguidores na rede social mais famosa do Planeta.



## VI. APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

A existência de mecanismos que atenuem os malefícios de efeitos incontrolláveis por parte dos cidadãos, dos quais resultem diminuição ou insuficiência para angariar o sustento necessário para poder usufruir de uma vida condigna, é aquilo que em nosso entender se pode designar por solidariedade social. Ou seja, o reconhecimento das desventuras dos outros deve merecer de nós, não só um reconhecimento de infelicidade de quem sofre as consequências, mas também darmos um pouco de nós, da nossa comunidade, do nosso bem-estar, do nosso conforto, para que a infelicidade dos outros, pelo menos no plano material, possa ser atenuada.

Este é um tema que, desde há muito, nos tem preocupado e nos tem levado pelas mais diversas vias a criar mecanismos que possam valer aos membros da Ordem em momentos de maior aflição.

Um dos primeiros gestos que manifestam esta nossa preocupação, encontra-se materializado na criação de diversos seguros, no sentido que estes suportem os prejuízos emergentes de acidentes ou estados de saúde, bem como por efeito de consequências materiais relevantes no domínio profissional, sempre que confrontados com situações de doença ou de responsabilidade perante terceiros.

A criação dos seguros de responsabilidade civil e de saúde disponibilizados gratuitamente aos membros são a inequívoca manifestação das preocupações elencadas.

São valores muito significativos que a Ordem vem suportando nos seus gastos, no cumprimento do valor de solidariedade social que pretende disponibilizar aos seus membros.

Uma outra manifestação relevante das nossas já velhas preocupações no domínio social, prende-se com a reta final da vida.



O projeto da casa do contabilista em Lisboa e Porto é uma manifestação inequívoca das nossas preocupações de solidariedade nesse domínio.

Naturalmente que temos limitações, mas mesmo dentro delas, é nossa intenção continuar a desenvolver esse espírito de solidariedade participando de forma assessoria no funcionamento das casas do contabilista.

Evidentemente que temos outras preocupações e que não podemos aí hipotecar toda a nossa disponibilidade financeira, mas a criação de regras muito bem definidas de qual é a parte de cada um, deve merecer a nossa concordância na implementação de verdadeiras preocupações de âmbito social.

Por outro lado, a criação e reforço da verba para o fundo de solidariedade social constitui a garantia de que qualquer membro da Ordem assegurará uma reforma mínima no valor de 550 euros, sendo um enorme avanço no âmbito da solidariedade.

#### Beneficiários do fundo de solidariedade social

Beneficiários	2011	2012	2013	2014	2015
N.º beneficiários	31	32	32	34	31
Valor pago	58 863	56 219	56 222	58 381	55 677

Outra manifestação das nossas preocupações com a solidariedade social para com os membros, materializa-se na criação e financiamento do fundo de pensões dos contabilistas certificados, consignando a Ordem a renda do edifício na Avenida 24 de Julho como receitas do fundo. Não obstante esta consignação, na sua criação a Ordem participou financeiramente na formação do fundo da seguinte maneira:

Acumulado até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	total
5 753 081	167 192	160 478	162 755	166 435	163 830	6 573 772

No entanto, o apoio aos membros não se manifesta apenas no âmbito da solidariedade, mas também no âmbito técnico e noutros domínios em que o contabilista certificado nessa qualidade intervém.

Ao longo dos cerca de 20 anos que temos gerido os interesses da profissão, essa sempre foi uma das nossas grandes preocupações e, independentemente da forma, procuramos reverter para os membros uma parte muito significativa do valor recebido das quotas que os membros pagam à instituição.

Nos últimos cinco anos o retorno aos membros das quotas pagas, teve a seguinte expressão:



**Quadro de análise dos gastos – apoio ao membros**

valor anual em euros

Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Seguro responsabilidade civil CC	445 748	434 338	431 878	416 756	421 519
Seguro de saúde CC	888 132	837 668	642 356	723 330	809 266
SICC	320 140	215 161	204 247	194 703	149 365
Revista «Contabilista»	1 068 532	1 140 595	972 004	959 420	910 251
Revista «Contabilidade e Gestão»	35 666	34 147	33 887	33 169	27 841
Revista formação		22 561			
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 249	15 248	15 248
Fundo de pensões	156 351	160 478	412 755	166 435	163 830
Reuniões livres	348 519	382 472	383 628	381 153	360 634
Fundo de solidariedade social	58 863	56 219	56 222	58 381	55 677
Departamento técnico	504 305	493 164	460 904	476 704	466 423
Representações	303 708	266 343	283 240	285 600	281 113
Total	4 145 212	4 058 392	3 896 371	3 710 899	3 661 167

**Mapa de retorno aos membros**

valor mensal em euros

2011	2012	2013	2014	2015
4,79	4,68	4,49	4,31	4,26

Como facilmente se depreende pela dimensão dos números apresentados, o fator social é um dos que tem merecido uma atenção muito especial, colocando em prática o que defendemos no domínio ideológico.





## VII. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

A tenta a dimensão da área de atuação da Ordem, existem domínios que, pela sua pertinência, merecem uma atenção permanente, como são os casos do gabinete de estudos, da história da contabilidade, controle da qualidade, verificação das condições dos protocolos para dispensa de estágio, verificação de estágios profissionais e verificação e controle das ações de formação ministradas pelas entidades inscritas na Ordem.

Existem ainda comissões eventuais que são criadas com o objetivo específico para análise de um tema em particular e extinguem-se com a produção de um relatório final sobre o tema em estudo.

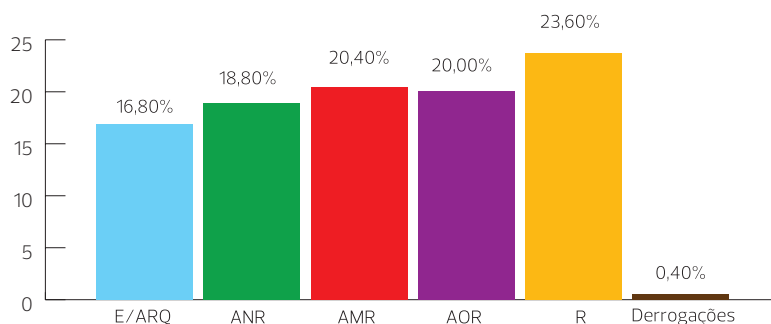
Apresentam-se, de seguida, os relatórios de algumas daquelas comissões:

### a) Comissão de controle da qualidade (CCQ)

No ano em apreço, a atividade da CCQ focou-se fundamentalmente na prossecução dos seguintes objetivos:

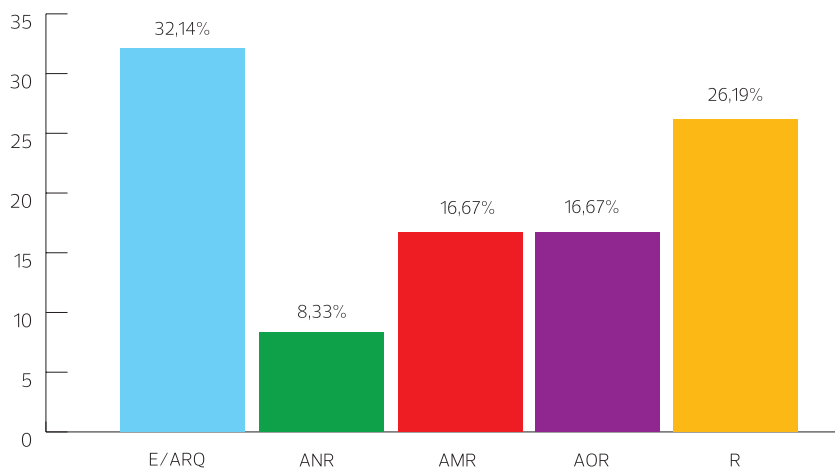
- Dar seguimento aos controlos de qualidade (CQ) em curso, com particular enfoque nos que resultaram de segunda visita, bem como àqueles que foram acionados por despacho específico do Bastonário.
- Efetuar os CQ abertos em consequência dos pedidos de derrogação.

Deste modo, a CCQ, no decurso do ano de 2015 e no âmbito das suas atribuições, analisou e elaborou propostas de despacho em 334 processos de CQ, cujos resultados globalmente se podem sintetizar nas estatísticas anexas:





No decurso de 2015 foram analisados 84 processos resultantes de segundas visitas, cujos resultados confirmam a justeza da avaliação que foi feita no sentido de “dar uma segunda oportunidade” aos colegas que na primeira visita demonstraram ser possível reverter a situação encontrada. Percebendo o cuidado a ter com os segundos controlos de qualidade, a CCQ entendeu que face aos conteúdos da primeira visita deveria assumir ela própria o CQ de um vasto conjunto de processos.



E/ARQ – Especial / Arquivo

ANR – Aprovado, sem nada a referir

AMR – Aprovado, com observações e recomendações de menor relevância

AOR – Aprovado, com observações e recomendações de relevância

R – Reprovado

Considerando que as equipas do controlo de qualidade (ECQ) são o primeiro pilar do CQ e a sua face mais visível, os membros da CCQ reuniram com os controladores que lhes estão adstritos, e mantiveram com eles um contacto muito próximo, ao longo do ano, por forma a resolver atempadamente os problemas que surgiram durante a preparação e efetivação dos CQ que lhes foram atribuídos.

O trabalho da CCQ no ano em apreço ficou condicionado pelas alterações na sua composição (substituição de dois vogais).

No processo de desmaterialização do CQ, os serviços de apoio à CCQ têm arquivados em suporte digital todos os processos concluídos.

No âmbito da proposta de alteração ao Regulamento do Controlo de Qualidade, a CCQ colaborou, através de um seu representante, com a Comissão Eventual para a Revisão do Regulamento do Controlo de Qualidade. A CCQ enaltece a forma competente e dedicada, e o espírito de missão com que as





ECQ, muitas vezes em condições difíceis, realizaram as suas tarefas, sem o que não lhe era possível cumprir a sua função. Finalmente, tendo consciência do investimento que a OCC suporta com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta CCQ, tem, também, a convicção de que as ações levadas a cabo, tornam-se indispensáveis à melhoria da credibilidade e salvaguarda dos interesses da nossa profissão. Assim, a Comissão do Controlo de Qualidade manifesta o seu apreço ao Conselho Diretivo da OCC pelo apoio incondicional que sempre lhe dispensou, nomeadamente na disponibilização dos meios necessários ao seu desempenho. A Comissão do Controlo de Qualidade, deseja ainda, de forma muito particular, realçar a sintonia que no plano dos princípios existe com o bastonário em matéria de CQ e, em consequência, o carinho com que connosco abraça esta causa.

### **b) Comissão da história da contabilidade**

Em 2015, os acontecimentos mais relevantes do período foram: a realização do Oitavo Encontro de História da Contabilidade, no dia 11 de dezembro, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa e a sua designação como revisores dos projetos de investigação patrocinados pela OCC designados "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão (Profissionalização) de Contabilista em Portugal" da responsabilidade do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto).

### **Atividades desenvolvidas pela CHC**

#### **Oitavo encontro de história da contabilidade**

A realização do Oitavo Encontro de História da Contabilidade, no dia 11 de dezembro de 2015, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, caracterizou-se por ter tido uma participação um pouco superior à dos anos anteriores (cerca de 250 inscrições), tendo esgotado os lugares da sala e os participantes mantido o seu interesse ao longo da jornada, o que revela o seu nível de entusiasmo.

Assim, apesar da época em que se realizou o Oitavo Encontro ser ainda de crise e apesar do elevado número de eventos que a OCC tem proporcionado aos membros, tudo indica que a data em que se realizou o Oitavo Encontro (dezembro) parece ser a mais favorável e que área já tem o seu espaço próprio dentro de uma Ordem profissional que acredita que só se entende bem o presente se conhecermos bem o passado.

Este ano mais quatro participantes no Oitavo Encontro, sendo três portugueses e um brasileiro, se tornaram membros associados da CHC-OCC.



De novo, é também de salientar a elevada qualidade das comunicações apresentadas, e a participação de individualidades estrangeiras de reconhecido mérito na área da história da contabilidade e da profissão contabilística: Alan Sangster, professor catedrático da Universidade de Sussex (talvez o académico que mais tem investigado a vida e obra de Luca Pacioli) e Maria Clara Bugarim, ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e doutorada recentemente em Portugal na área da história da profissão contabilística brasileira.

Foi positivo, tal como aconteceu em anos anteriores, o facto de as comunicações cobrirem diversas áreas de investigação, mostrarem diferentes metodologias e provirem quer de académicos quer de profissionais de contabilidade. De salientar ainda a participação de vários doutorandos e mestrandos na área da história da contabilidade, o que mostra que esta área está a suscitar interesse enquanto área de investigação. Também o empenho, a cordialidade e eficiência dos funcionários da OCC que colaboraram com a Comissão Organizadora do Oitavo Encontro é digna de uma palavra de apreço e louvor e muito contribuem sempre para o sucesso destes Encontros de História da Contabilidade.

Após a sessão de abertura que contou com a presença do Bastonário da OCC, seguiu-se a palestra magna de abertura com Alan Sangster que nos presenteou com uma excelente comunicação sobre os primórdios do ensino da contabilidade em sala de aula.

Todos sabemos que a contabilidade se aprendeu *'on the job'* durante muitos anos, como uma ocupação essencialmente prática. É importante sabermos quando é que a contabilidade passou a ser ensinada em sala de aula, adquirindo assim o estatuto de saber protegido. Usando exemplos, Alan Sangster mostrou como a contabilidade foi incluída no ensino em sala de aula desde o seu aparecimento mais remoto que até hoje se conhece (século XIII) até meados do século XVI, altura em que o conhecimento de contabilidade era ensinado ao lado do ensino da álgebra. Por fim, Alan Sangster discutiu a influência desta abordagem na instrução em contabilidade impressa, a partir do final do século XV até aos dias atuais.

Maria Clara Bugarim apresentou uma vibrante palestra magna de encerramento. A ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) analisou a preocupação do CFC com a formação do profissional e com a educação contabilística ao longo da sua história. Começou por analisar como foi criado o CFC e como se desenvolveu o processo de regulamentação da profissão, com base em dados documentais e gravações recolhidas no arquivo do Con-



selho. Concluiu que o sistema CFC/CRC foi criado em consequência do forte desejo dos profissionais atuantes na área e do surgimento simultâneo do curso de contabilidade na Universidade de S. Paulo.

Os vogais Hernâni Carqueja e Leonor Fernandes Ferreira moderaram ambos um dos dois painéis do evento. Ezequiel Fernandes, do Conselho Diretivo da OCC, prestou um apoio precioso à organização deste Encontro. Este encontro foi encerrado pelo presidente da mesa da assembleia geral, Manuel dos Santos, e pela vice-presidente do CFC, Verónica Cunha Souto Maior

O primeiro painel, moderado por Hernâni Carqueja sob o título «Os autores e o desenvolvimento da contabilidade», teve a participação de Ana Rita Faria, Joana Isabel Sequeira, Ana Clarinda Cardoso, Graça Maciel e Miguel Gonçalves.

O segundo painel intitulado «A profissão e a mudança na contabilidade» foi moderado pela vogal Leonor Fernandes Ferreira e contou com a participação de António Alves da Sila, Paula Santos e Patrícia Barbedo.

Tal como aconteceu nos Encontros anteriores foi publicado um livro do Encontro com o objetivo de se consolidar a imagem dos Encontros de História da OCC que manteve a estrutura do livro dos Encontros anteriores.

Este livro, com 202 páginas, inclui o programa, o índice, o editorial, o resumo das comunicações, os currícula abreviados dos oradores, informações gerais sobre a CHC-OCC e o relatório de atividades de 2014. O livro inclui ainda o texto consolidado da exposição sobre partidas dobradas de dois manuscritos ditados por João Henrique de Sousa (um que já havia sido transcrito em 2010 pelo vogal Hernâni Carqueja, Códice 13099 da Biblioteca Nacional, e outro agora localizado, e existente na biblioteca dos serviços de arquivo e documentação do Ministério da Educação e Ciências com a cota ESDMF 3940). O cotejo dos dois textos suporta a conjectura de não estar prevista a separação do ensino teórico do ensino prático. A CHC-OCC acredita na necessidade de reconstruir historicamente o saber ensinado na Aula do Comércio e orgulha-se deste seu pequeno contributo.

As apresentações e o texto do livro do Sétimo Encontro estão disponíveis no menu da Comissão de História da Contabilidade, no sítio da OCC.

Também tal como se verificou nos anos anteriores, a revista Contabilista publicou no mês de janeiro de 2016 um texto a resumir o Oitavo Encontro, elaborado pelo Departamento de Comunicação e Imagem da OCC.



### Protocolos com instituições congéneres

Este ano não houve oportunidade de preparar novos protocolos com outras instituições congéneres. Continua a ideia da importância de haver a assinatura de um protocolo com a *Academy of Accounting Historians*, dado ser a mais importante associação internacional, incluindo historiadores de contabilidade de todo o mundo, podendo a oportunidade surgir no próximo Congresso desta Academia a realizar em Pescara, em julho de 2016. Também foi abordada durante o Oitavo Encontro com Clara Bugarim a possibilidade de se cooperar com os colegas brasileiros que permita aprofundar conhecimento nesta área entre a OCC e o Conselho Federal de Contabilidade ou a Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

### Participação em conferências internacionais pela CHC-OCC

Durante 2015 não houve oportunidade de a Comissão de História participar em representação da OCC em conferências nacionais ou internacionais. O artigo «Double-Entry Bookkeeping and the Manuscripts Dictated at the Lisbon School of Commerce: 1759-1844» preparado pelos três membros da CHC-OCC, foi durante 2015 aceite para publicação na revista científica internacional *Accounting History*, esperando-se que seja publicado em 2016.

### Atualização do menu da «história da contabilidade» no sítio da OCC

A comunicação via internet é muito importante. Por isso, o menu próprio da Comissão de História tem sido atualizado regularmente, estando neste momento disponível todo o material relativo ao Oitavo Encontro: conteúdo integral do livro, apresentações integrais apresentadas, fotos e vídeos. Outra informação sobre a CHC-OCC, nomeadamente atividades e protocolos, encontram-se na página desta Comissão.

Para manter memória e facilitar seguimento, regista-se que, embora estejam disponíveis para visualização, não estão disponíveis para descarga em pdf os livros relativos ao II e III Encontros.

### Encontros nacionais e internacionais sobre história da contabilidade

Durante 2015, a CHC-CTOC manteve-se atenta às diversas realizações nacionais e internacionais sobre História da Contabilidade.

### c) Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio (CEAVRPDE)

O objeto da Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio (CEAVRPDE), consiste na «verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na Ordem, junto das entidades



protocoladas, elaborando a correspondente proposta para enviar ao Conselho Directivo.»

Durante o ano, a Comissão reuniu duas vezes para definir um plano de ação, proceder a agendamentos, apreciar os pareceres sobre as visitas às escolas e aprovar as propostas a submeter ao Conselho Directivo.

## II – VISITAS REALIZADAS

Tendo em conta a receptividade das escolas e a disponibilidade dos elementos que compõem a Comissão, foram efetuadas visitas a 11 escolas:

- Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria
- Instituto Superior D. Dinis
- Universidade Fernando Pessoa
- Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão
- Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto
- Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro – Universidade de Aveiro
- Instituto Superior de entre o Douro e Vouga
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda
- Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho
- Instituto Superior de entre o Douro e Vouga

De cada visita foi preparado um relatório e/ou memorando que foi remetido ao Conselho Directivo e cuja cópia e documentação de suporte ficaram arquivadas em pasta própria, à guarda do Departamento de Apoio aos Órgãos.

## III – PROPOSTA SUBMETIDAS À APRECIÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO

A Comissão deliberou propor ao Conselho Directivo a celebração de protocolos com entidades que estão a desenvolver unidades curriculares suscetíveis de proporcionar condições para a dispensa de estágio profissional no acesso a profissão de contabilista certificado.



Na sequência das visitas efetuadas foi proposta a renovação de 11 protocolos.

#### **IV – CONCLUSÃO**

Toda a atividade planeada pela CEAVRPDE, passível realização no ano letivo de 2014/2015, foi efetivamente realizada.

Para o ano letivo de 2015/2016, com base no levantamento solicitado, irá ser apresentada ao Conselho Diretivo proposta de plano que contemple a verificação das condições requeridas para a renovação dos protocolos de dispensa de estágio cujo prazo de validade está em vias de se extinguir ou requeridas para celebração de novos protocolos, para além de outras situações suscetíveis de poder vir a ser reapreciadas.

#### **d) Gabinete de estudos**

Durante o ano de 2015, o GEOCC – Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados realizou 11 reuniões, durante as quais acompanhou regularmente a evolução da legislação sobre Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Públicas, apoiando as tomadas de posição da OCC sobre estas matérias, tanto públicas como internas, dirigidas aos membros da Ordem. Em matéria de grandes realizações, cabe realçar a X Conferência Internacional GEOCC/IDEFF, realizada, em Lisboa e no Porto, respetivamente nos dias 20 e 21 de novembro, sobre o tema «Crise: O papel dos CCS na recuperação económica.» Promoveu também, de novo em cooperação com o IDEFF, a realização das conferências «Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais» realizadas em Ponta Delgada e no Funchal. O Gabinete de Estudos assegurou, por último, a página que se lhe encontra reservada em todos os números da Revista Contabilista.



## VIII. OUTRA FUNCIONALIDADE DOS DEPARTAMENTOS

Quem tem preocupações de descrever, tanto quanto possível, o pulsar de uma instituição como é a OCC, fica sempre com a sensação que não disse tudo, que algo falhou e que, por efeito disso a realidade da Ordem não será cabalmente compreendida.

Alguns dos elementos de funcionalidade dos departamentos e serviços da Ordem foram enquadrados nas respetivas rúbricas, como é o caso da consultoria, da comunicação e outras informações do departamento de funcionamento, mas muito ainda ficou por descrever, pelo que correndo o risco de alguma eventual repetição, pensamos que será positivo a sua apresentação. Assim, apresentam-se os seguintes elementos de funcionalidade:

### a) Departamento jurídico

O departamento jurídico, é composto por 20 juristas e 10 administrativos, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

- Juristas - seis dão apoio jurídico; dois são os advogados da Ordem, dez são instrutores disciplinares, uma presta assessoria ao Conselho Disciplinar e uma chefia o departamento jurídico.
- Administrativos - Quatro dão apoio ao setor jurídico e os restantes seis dão apoio à instrução disciplinar.

O departamento jurídico que compreende o apoio jurídico, a instrução disciplinar e o contencioso, tem como funções emitir pareceres jurídicos, dar apoio jurídico, no âmbito das matérias estatutárias e deontológicas, aos membros e ao público em geral, instruir e acompanhar a fase pré-contenciosa dos litígios entre colegas e entre os clientes e os membros, instruir os procedimentos previstos no Estatuto, assegurar a colaboração com os tribunais, a Procuradoria-Geral da República, a Provedoria de Justiça e demais entidades públicas, instruir os processos de inquérito e disciplinares, intervir e remeter aos tribunais competentes os processos que careçam da intervenção das



instâncias judiciais, fazendo o acompanhamento e representação forense da Ordem.

No âmbito administrativo, é assegurado o tratamento e processamento dos óbitos, pedidos de cancelamento e suspensão voluntária, a execução das sanções disciplinares, bem como o envio dos ofícios para cobrança de quotas, sempre que o incumprimento seja superior a 180 dias, a preparação e remessa dos processos ao conselho disciplinar e a emissão de certidões.

Em julho de 2014 iniciou-se o desenvolvimento da Pasta TOC, a qual evoluiu, passando a integrar não só as comunicações eletrónicas remetidas pelos membros mas também a digitalização de documentos provenientes destes, possibilitando a visualização, pelo membro, dos ofícios e questões colocadas e da resposta obtida.

O conceito evoluiu e a partir de maio de 2015, a Pasta TOC passou a constituir um sistema de gestão de correspondência que integra tudo o que dá entrada na Ordem, quer sejam ofícios, e-mails, faxes, etc., remetidos pelos membros ou não membros. Assim, as comunicações, mesmo as institucionais, remetidas por carta, e-mail, fax, depois de digitalizadas são integradas e respondidas através da Pasta TOC.

Esta mudança reduziu significativamente a circulação de papel no departamento jurídico.

As questões colocadas através da pasta TOC foram as seguintes:

Pasta TOC/pasta CC

Mês	Mensagens membros (entradas)	Mensagens entidades (entradas)	Total
12	745	404	1149
11	598	339	937
10	668	477	1145
9	677	433	1110
8	504	307	811
7	783	486	1269
6	657	418	1075
5	571	420	991
4	616	415	1031
3	755	455	1210
2	767	427	1194
1	816	506	1322
<b>Total parcial</b>	<b>8.157</b>	<b>5.087</b>	<b>13 244</b>





MÊS	NÚMERO MENSAGENS RESPONDIDAS	NÚMERO MENSAGENS COM ORIGEM INTERNA (diligências)	TOTAL PARCIAL	MENSAGENS PENDENTES NO FINAL DE 2015
12	1068	87	1155	-
11	1095	70	1165	-
10	1080	108	1188	-
9	826	68	894	-
8	918	71	989	-
7	1102	72	1174	-
6	1165	101	1266	-
5	774	33	807	-
4	1047	-	1047	-
3	1230	-	1230	-
2	981	-	981	-
1	1006	-	1006	-
<b>TOTAL</b>	<b>12 292</b>	<b>-</b>	<b>12 902</b>	<b>371</b>

PASTA TOC/CC	2014	2015	Difº- 2014	Difº. %
	7 614	12 902	+ 5 288	+ 69,45%

MÊS	MENSAGENS DEVOLVIDAS	MENSAGENS REENCA-MINHADAS	TOTAL PARCIAL
12	78	5	83
11	65	1	66
10	136	1	137
9	94	3	97
8	62	1	63
7	124	1	125
6	75	3	78
5	91	1	92
4	106	3	109
3	82	5	87
2	69	0	69
1	177	8	185
<b>TOTAL</b>	<b>1159</b>	<b>32</b>	<b>1191</b>

CORRESPONDÊNCIA	2014	2015	Difº- 2014	Difº. %
Correspondência expedida pelo setor jurídico	19 227	25 867	+ 6 640	+ 34,53%
Correspondência rececionada pelo setor jurídico	4 455	6 078**	+ 1 623	+ 36,43%

\*\* A partir de maio passou a integrar a nova Pasta TOC

ATENDIMENTO	2014	2015	Difº- 2014	Difº. %
Atendimento telefónico a membros	11 191	11 046	- 145	-1,30%
Atendimento presencial a membros	684	538	- 146	- 21,35%
Atendimento telefónico e presencial a não membros	2 290	2 382	+ 92	+ 4,02%
<b>TOTAIS</b>	<b>14 165</b>	<b>13 966</b>	<b>- 199</b>	<b>- 1,40%</b>



### Atendimentos

Colaboradores	Atendimento telefónico a membros	Atendimento presencial a membros	Atendimento telefónico e presencial a não membros	TOTAL PARCIAL
No âmbito da instrução disciplinar	1719	54	271	2 044
No âmbito do apoio jurídico	9 327	484	2 111	11 922
<b>TOTAIS</b>	<b>11 046</b>	<b>538</b>	<b>2 382</b>	<b>13 966</b>

### Interpelação para pagamento de quotas com a cominação de remessa ao conselho disciplinar

QUOTAS	2014	2015	Dif <sup>o</sup> - 2014	Dif <sup>o</sup> . %
Ofícios	11 593	17 759	+ 6 166	+ 53,19%
Remetidos ao conselho disciplinar	2 324	2 079	- 245	- 10,54%

### Processamento de Suspensões e cancelamentos (Vários)

	2014	2015	Dif <sup>o</sup> - 2014	Dif <sup>o</sup> . %
Cancelamento oficioso (morte)	138	193	+ 55	+ 39,86%
Cancelamento voluntário	1040	1237	+ 197	+ 18,94%
Suspensão voluntária	261	295	+ 34	+ 13,03%
Cancelamento compulsivo (sanção disciplinar)	9	7	- 2	- 22,22%
Suspensão compulsiva (sanção disciplinar)	11	6	- 5	- 45,45%
Suspensão oficiosa	0	1	+1	-
Pena acessória	4	7	+ 3	+ 75,00%

### CONTENCIOSO

Ações	2014	2015	Dif <sup>o</sup> - 2014	Dif <sup>o</sup> . %
Processos remetidos para tribunal para cobrança coerciva de multa (ação executiva)	122	151	+ 29	+ 23,77%
Ação administrativa especial (recursos de deliberações de órgãos da OCC)	10	7	- 3	- 30,0%
Outras	9	9	-	-

AÇÕES ADMINISTRATIVAS	VALORES
N.º total instaurado	86
N.º concluídas favorável OCC	37
N.º concluídas parcialmente favorável OCC	3
N.º concluídas desfavoráveis OCC	10

AÇÕES EXECUTIVAS	VALORES
N.º total instaurado	2 507
N.º de ações em curso	758
N.º de ações concluído pago	1322
N.º de ações concluído não pago	427
N.º de ações com suspensão da instância	18



AÇÕES EM CURSO	VALORES
(Ações cíveis e executivas) em curso	1054
(Ações cíveis e executivas) concluídas	1013

#### Instrução disciplinar

INSTRUÇÃO DISCIPLINAR	2014	2015	Difº - 2014	Dif. %
N.º de relatórios para deduzir despacho de acusação	919	2.838	+ 1.919	+208,81%
N.º de relatórios para convocar proc. Inquérito em proc. disciplinar	37	22	- 15	- 40,54%
N.º de relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	310	428	+ 118	+ 38,06%
N.º de relatórios com proposta de arquivamento	997	3.799	+ 2.802	+ 281,04%
Correspondência expedida na instrução disciplinar	10.799	19.192	+ 8.393	+ 77,72%
Correspondência rececionada na instrução disciplinar	13.423	25.081	+ 11.658	+ 86,85%

## B) Departamento de apoio aos órgãos

Este departamento funciona com a colaboração de 27 colaboradores e sob a orientação do Bastonário, tendo como principal missão:

1. A assistência e secretariado ao Bastonário;
2. A assistência e secretariado ao Conselho Diretivo;
3. A assistência e secretariado à Assembleia Geral;
4. A assistência e secretariado a todas as comissões permanentes e eventuais da Ordem;
5. A assistência e secretariado a congressos e prémios atribuídos pela Ordem;
6. A assistência e secretariado à Revista «Contabilidade e Gestão»;
7. Assistência geral ao funcionamento do edifício-sede bem como das representações.

### 1 – Assistência e secretariado ao Bastonário

- a) Reuniões gerais órgãos – 3
- b) Reuniões do Conselho Superior – 2



- c) Comunicações entregues por protocolo a instituições exteriores – 33
- d) Notas Internas – 56
- e) Pasta TOC Bastonário – 46 304

## 2 – Assistência e secretariado ao Conselho Diretivo

- a) Reuniões do Conselho Diretivo – 39
- b) Pasta TOC Geral – 2 550
- c) Pasta TOC questões do Controlo de Qualidade – 1 091
- d) Correspondência tratada e enviada – 3 940 cartas;
- e) Acidentes de trabalho/seguro de saúde dos colaboradores – Apoio aos colaboradores na receção da documentação e respetivo envio à seguradora. Apoio no envio das participações e respetivos reembolsos.
- f) Biblioteca – das várias doações de livros recebidos pela OCC, por parte de entidades, editoras, membros e ex-membros, foram catalogados e registados na base de dados 1 325 livros;
- g) Deslocações internacionais.

No âmbito das deslocações internacionais, foram efetuadas diligências quanto à inscrição e participação dos membros da OCC nos seguintes eventos:

– Conferências e seminários do CILEA em:

- Medellín, Colômbia
- Punta Cana, Republica Dominicana
- Santiago de Compostela, Espanha

– Conferências do ISAR em Genebra, Suíça

– Congresso Internacional de Custos em Cartagena De las Índias, Colômbia

– Conferências do IFAC em Singapura,

– Conferências do FCM em:



- Rabat, Marrocos
- Roma, Itália
- 70.º Congresso dos *Experts Comptables* em Paris, França
- Reuniões e conferências da EFFE em:
  - Londres, Inglaterra
  - Madrid, Espanha
  - Paris, França
- Colégios dos Economistas em Madrid, Espanha
- CFC, Seminário interamericano em Maceió, Brasil
- Congresso do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais em Uberlândia, Brasil
- Encontro da Mulher Contabilista em Foz de Iguaçu, Brasil
- Congresso da OPACC, na cidade da Praia, Cabo Verde
- Projeto de transferência de Conhecimento em Maputo, Moçambique
- Projeto de transferência de Conhecimento em Luanda, Angola
- h) Entidades Formadoras – Foram recebidos quatro pedidos de novas entidades para realização de formação equiparada.
- i) Formação – Foram recebidos 213 pedidos de acreditação de formações de entidades equiparadas, as quais foram analisadas pelo Conselho Diretivo, sendo comunicado às entidades a respetiva resposta.
- j) Fundo de solidariedade social – Foram analisados 29 processos, dos quais resultaram: uma atribuição extraordinária, três novos processos e 25 renovações;
- k) Fundo de pensões – Foram remetidos à «Pensõesgere» 134 processos após análise e tratamento da documentação disponibilizada pelos membros.



Existem ainda 144 processos em curso, que aguardam documentação em falta;

- l) Medicina do trabalho – Anualmente é feito o controlo e marcação de consultas, de acordo com o plano etário dos colaboradores.
- m) Pagamentos faseados – O DAO recebeu através de protocolo remetido pelo Conselho Disciplinar, 383 pedidos de pagamentos faseados de quotas aos quais foi dada resposta após análise do Conselho Diretivo.
- n) Participações ao Ministério Público – Deram entrada sete participações de crimes públicos que foram remetidos ao Ministério Público para a respetiva comarca.
- o) Peritos – No âmbito da colaboração com o Ministério Público, deram entrada 119 pedidos, de vários Tribunais, a solicitar a colaboração de contabilistas certificados para a prestação de assessoria e consultoria técnica.
- p) Recusas de assinatura – O DAO recebeu através do departamento jurídico 420 recusas de assinatura para respetivo tratamento administrativo e envio da informação à Autoridade Tributária e Aduaneira.
- q) Seguro de responsabilidade civil profissional – Deram entrada 555 participações de sinistros, que após analisadas, caso a caso, foi efetuado o enquadramento do sinistro e enviadas à corretora de seguros;
- r) Tratamento administrativo – Foram emitidos 361 protocolos para o departamento jurídico, departamento de funcionamento, assessores, conselho disciplinar e comissão do controlo de qualidade

Foram recebidos 533 protocolos do conselho disciplinar e cinco notas internas da comissão do controlo de qualidade, para o devido tratamento administrativo;

- s) Economato e arquivo geral da Ordem.

### 3 – Assistência e secretariado à Assembleia Geral

- a) Reuniões – 2;



b) Convocatórias – 2.

#### 4 – Assistência e secretariado a todas as comissões permanentes e eventuais da Ordem

##### a) Colégios de Especialidade

Nas seis especialidades dos Colégios, a organização é igual, ou seja:

- Receção das candidaturas – (quatro novas candidaturas);
- Arquivo de documentação;
- Organização e preparação dos exames – (oito candidatos);
- Contacto com os membros dos Colégios;
- Apoio nas reuniões dos Colégios;
- Acompanhamento nas discussões públicas dos trabalhos;
- Elaboração de mapas de controlo interno dos processos em curso.

##### b) Controlo de Qualidade

Assentando o controlo de qualidade em duas vertentes (sorteio ou despacho do Bastonário), as tarefas executadas são as seguintes:

- Acompanhamento à CCQ nas reuniões;
- Elaboração das atas de 23 reuniões;
- Elaboração de 51 notas internas;
- Arquivo geral;
- Preparação de documentos para as reuniões;
- Tratamento dos documentos analisados e discutidos nas reuniões;
- Manter permanente contacto com os membros da Comissão;
- Abertura de 859 processos de controlo de qualidade;
- Marcação de visitas para controlos de qualidade;



- Acompanhamento ao CC controlado após a visita dos controladores;
- Apoio a 42 controladores, no âmbito dos processos iniciados;
- Elaboração de mapas de controlo interno dos processos em curso, bem como atualização permanente do programa específico para o controlo de qualidade (oracle);
- Receção, digitalização e arquivo dos documentos;
- Atendimento telefónico.

#### **c) Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio em 2015**

Foram organizadas e agendadas visitas a 11 escolas com estágio curricular e/ou PSE, bem como elaboradas duas atas de reuniões da comissão. Foram recebidas e enviadas 91 cartas no âmbito desta comissão.

#### **d) Comissão Eventual para a Revisão do Regulamento do Controlo de Qualidade**

Preparação e acompanhamento das reuniões, elaboração de 19 atas, permanente contacto com os membros da Comissão e apoio ao documento final com proposta de novo Regulamento de Controlo de Qualidade, já entregue ao Bastonário.

#### **e) Júri do Exame de avaliação profissional;**

Apoio ao Júri de Exame nas reuniões e elaboração de quatro atas.

Preparação e organização dos exames de avaliação profissional em 31 de janeiro, 17 de maio e 3 de outubro, que consistiu em:

- 106 305 cópias tiradas para preparação dos três exames;
- 5 546 – Número total de provas digitalizadas;
- Verificação de 310 576 campos.

2 773 candidatos presentes no total dos três exames de avaliação profissional.

Preparação e envio das provas distribuídas por 15 locais (Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Porto, Santarém, Setúbal, Vila Real e Viseu).





No âmbito dos prazos previstos para a revisão de prova, foi efetuado o tratamento da informação relativamente a 104 pedidos, elaboração e envio de cartas de resposta aos candidatos com elementos fornecidos pelo Júri de Exame.

No âmbito dos recursos do exame de avaliação profissional dirigidos ao Bastonário, foi tratada a informação respeitante a 28 pedidos de recurso.

No âmbito dos pedidos de revisão de prova, foram analisadas e respondidas 247 questões.

A correspondência recebida e enviada de assuntos referentes ao Júri de Exame ascendeu às 843 cartas.

#### **f) Gabinete de Estudos**

- Acompanhamento do Gabinete nas reuniões;
- Elaboração das atas a 11 reuniões;
- Arquivo geral;
- Preparação de documentos para as reuniões;
- Tratamento dos documentos estudados e discutidos nas reuniões;
- Manter permanente contacto com os respetivos elementos que compõem o Gabinete de Estudos, nomeadamente na distribuição de documentação;
- Receção e tratamento dos trabalhos entregues no âmbito do Prémio Prof. Sousa Franco.

#### **g) História da Contabilidade**

- Acompanhamento à Comissão nas reuniões;
- Arquivo geral.

### **5 – Assistência e secretariado a congressos e prémios atribuídos pela Ordem**

#### **a) V Congresso dos TOC**

- Foram recebidos 84 trabalhos, bem como a receção de 991 cartas e o envio de 2 843 cartas, no âmbito da organização deste congresso.



## 6 – A assistência e secretariado à revista «Contabilidade e Gestão»

Foram rececionados 18 artigos para publicação na revista, tendo existido permanente acompanhamento à Comissão. É ainda tratado todo o arquivo geral.

## 7 – Assistência geral ao funcionamento do edifício-sede bem como das representações

### a) Atendimento telefónico

Foram atendidas 28 417 chamadas telefónicas e encaminhadas para os respetivos departamentos.

### b) Serviços externos

Os serviços externos são compostos por dois colaboradores que asseguram toda a logística e transporte necessário ao bom funcionamento da OCC.

### c) Serviço de limpeza

O serviço de limpeza é composto por uma colaboradora que assegura a manutenção da limpeza e arrumos geral de todo o edifício – sede da OCC.

### d) Serviços de receção

Foram atendidos 3 387 membros/candidatos na sede da OCC.

Neste serviço existe ainda colaboração direta com a tesouraria.

### e) Serviços segurança

Foram registadas 20 655 entradas de membros/candidatos no edifício – sede da OCC.

Integram ainda este departamento as representações da OCC onde colaboram 13 trabalhadores, que apoiam todas as ações de formação da Ordem e assuntos administrativos das delegações.

Nas representações da OCC durante o ano 2015, foram atendidas presencialmente 4 312 pessoas.

Relativamente às reuniões livres estiveram presentes 3 288 membros sen-



do dado o respetivo apoio, com exceção de Lisboa em que o mesmo foi efetuado pelo departamento de funcionamento.

### c) Departamento de Sistemas Informação (DSI)

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua conceção ao desenvolvimento, incluindo as ações necessárias à sua manutenção com o objetivo de responder às necessidades dos utilizadores internos, os diversos departamentos e serviços da OCC, bem como responder às diferentes solicitações dos clientes externos – o membro da OCC, no âmbito da utilização das várias valências disponibilizadas.

Este departamento conta com oito técnicos e desenvolveu a seguinte atividade:

#### 1 – Atividades realizadas no âmbito interno e de apoio aos departamentos e serviços da OCC

O quadro seguinte apresenta as solicitações dos departamentos e serviços da OCC. Estabelece-se ainda uma comparação evolutiva com os factos ocorridos no ano de 2014.

Solicitados por	2014	2015	Evolução %
Departamento de Sistemas de Informação	1068	1106	3,56
Departamento de Funcionamento	537	506	-5,77
Departamento Jurídico	323	380	17,65
Departamento de Apoio aos Órgãos	162	172	6,17
Conselho Diretivo	141	37	-73,76
Departamento de Consultoria Técnica	94	104	10,64
Departamento de Comunicação e Imagem	175	259	48,00
Serviços de Contabilidade	47	60	27,66
Serviços de Tesouraria	130	103	-20,77
Assessoria do Bastonário	63	59	-6,35
Serviços de Expediente e Correio	4	4	---
Outros	144	69	-52,08
<b>TOTAIS</b>	<b>2888</b>	<b>2859</b>	<b>-1,00</b>



### Por tipo de solicitação

Pedidos internos - Helpdesk	2014	2015	Evolução %
Suporte Técnico	1285	1271	-1,09
Outros	187	129	-31,02
Suporte administrativo	337	328	-2,67
Programação ORACLE	486	451	-7,20
Sítio	59	48	-18,64
Informações/análises/esclarecimentos técnicos	119	77	-35,29
Telefones (equipamento/aplicações)	63	68	7,94
Acessos	61	66	8,20
Pasta TOC	233	311	33,48
Bases de dados	37	28	-24,32
TOConline	21	82	290,48
<b>TOTAIS</b>	<b>2888</b>	<b>2859</b>	<b>-1,00</b>

### Resultados dos exames à Ordem

2014		2015	
Exame	Quantidade	Exame	Quantidade
1 fevereiro	833	31 janeiro	1173
17 maio	797	16 maio	960
4 outubro	1113	3 outubro	1158
<b>Total</b>	<b>2743</b>	<b>Total</b>	<b>3291</b>
		<b>Evolução</b>	<b>19,98 %</b>

### Acessos ao sítio da OCC

O sítio da OCC teve, no decorrer de 2015, 3 338 716 visitas (+5,51% relativamente a 2014) com 20 730 671 visualizações de página (-3,77% sobre 2014), representando uma média de páginas 6,20 vistas por visita em 2015.

A tabela seguinte apresenta os visitantes distribuídos geograficamente (por ordem decrescente de acessos):

### Quantidade de acessos

País origem do acesso	2014	2015	Evolução %
Portugal	3 086 715	3 256 005	7,48
Reino Unido	10 414	11 232	7,85
Espanha	11 321	11 050	-2,39
Brasil	10 364	10 330	-0,33
Angola	8 459	8 444	-0,18
Alemanha	6 670	7 324	9,81
França	6 754	5 347	-20,83
Moçambique	2 866	3 780	31,89
Estados Unidos da América	3 776	3 230	-14,46

Para aceder ao sítio da OCC, verificou-se a utilização dos seguintes *browsers* (apenas apresentados os mais relevantes)



Browser de acesso	2014	2015	Evolução %
Chrome	1119 197	1474 062	31,71
Internet Explorer	1563 538	1325 483	-15,23
Firefox	337 448	369 595	9,52
Safari	72 984	85 095	16,59
Android Browser	35 153	31 376	-10,74
Edge	---	19 977	---
Safari (in-app)	6 284	12 700	102,10
Opera	8 373	11 731	40,11
IE com Chrome Frame	16 365	3 626	-77,84
Maxthon	1 633	1 523	-6,74
Opera Mini	1 375	---	---

A Pasta TOC teve no decorrer de 2015, 606 118 visitas.

Os visitantes distribuíram-se geograficamente (por ordem decrescente de acessos), designadamente por:

País origem do acesso	2015
Portugal	591 805
Espanha	2 810
Reino Unido	2 068
Alemanha	1 740
França	1 428
Angola	1 426
Holanda	471
Moçambique	422
Suiça	406

Para aceder à Pasta TOC, verificou-se a utilização dos seguintes *browsers* (apenas apresentados os 10 mais relevantes).

Browser de acesso	2015
Internet Explorer	275 316
Chrome	247 917
Firefox	65 352
Safari	8 258
Edge	4 486
Android Browser	2 125
Opera	1 525
IE com Chrome Frame	745
Maxthon	233
Safari (in-app)	55



Verifica-se também o acesso por equipamentos móveis, a saber: 18 129 visitas.

A nova Pasta TOC permite que os serviços disponibilizem documentos e mensagens que dão entrada na OCC por outras vias, tornando-se uma ferramenta de gestão documental em termos de arquivo, disponibilização e acessos. As entradas:

	MENSAGENS DE MEMBROS	E-MAILS	DIGITALIZAÇÕES	INTERNAS	TOTAL
2015	16 953	17 438	11 135	614	46 140

Também as saídas sofreram evolução e passou a ser possível ter saídas por e-mail ou correio consoante a origem da entrada na Pasta TOC. Registadas saídas:

#### Atividades realizadas no âmbito do TOConline

Atendimento linha de apoio TOConline	2014	2015	Evolução %
Chamadas entradas	2 219	3 326	49,89
Chamadas saídas	738	808	9,49
Atendimento presencial / formação	45	25	-44,44
Questões na Pasta TOC	102	205	100,98
E-mails	55	67	21,81
Pedidos tratados por suporte@toconline.pt	6 415	11 407	77,82

Em resumo, os pontos 3 e 4 do acesso à pasta TOC e TOConline em 2015 registaram-se:

Sítio e Pasta TOC	2014	2015	Evolução %
Acessos com autenticação de membros registados	1 526 198	1 693 895	10,99
Atualizações de empresas	688 057	686 448	-0,23
Atualizações de dados (sítio + Pasta TOC)	23 684	26 137	10,36
Mensagens colocadas no fórum	39 880	30 836	-22,68
Declarações de pontuação submetidos	1 294	987	-23,72
Questões colocadas Pasta TOC	32 031	45 526	42,13
Inscrições Empresa na Hora	552	537	-2,72
Pedidos de complemento de reforma submetidos	89	120	34,83
Inscrições Empresa na hora estrangeiros	254	237	-6,69

Foram geradas referências trimestrais de quotas para pagamento no multi-banco:



PERÍODO	Tot Referências Geradas			Tot Membros c/Ref*			Mails Enviados			Total Envio para CTT		
	2014	2015	Evolução %	2014	2015	Evolução %	2014	2015	Evolução %	2014	2015	Evolução %
1.º trimestre	125 752	131 670	4,71	66 647	66 582	-0,10	25 351	55 098	117,34	24184	2270	-90,61
2.º trimestre	133 246	131 969	-0,96	63 856	62 755	-1,72	80 745	51 142	-36,66	8011	10101	26,09
3.º trimestre	131 284	134 695	2,60	63 537	62 446	-1,75	81 832	50 818	-37,90	6608	10245	55,04
4.º trimestre	134 898	129 223	-4,21	61 727	60 116	-2,08	80 915	48 745	-39,76	9062	9834	8,52
TOTAIS	525 180	527 557	0,45	255 767	252 207	-1,39	268 843	205 803	-23,45	47865	32450	-32,21

Pagamentos por VISA de:	2014	2015	Evolução %
Quotas	8 174	11 895	45,52
Formação	6 330	6 663	5,26
Formação à distância	1 525	3 031	98,75
TOOnline	683	1 424	108,00
Vinhetas	536	516	-3,73
Taxas e emolumentos	69	71	2,90
Diversos	45	62	37,78
Multas	2	0	-100
	<b>16 681</b>	<b>22 238</b>	<b>33,31</b>

Pagamentos por referência multibanco de:	2014	2015	Evolução %
Formação	44 465	47 199	6,15
Quotas	39 621	47 733	20,47
Formação à distância	8 202	14 317	74,55
TOOnline	6 579	11 722	78,17
Vinhetas	4 040	3 667	-9,23
Taxas e emolumentos	351	385	9,69
Diversos	198	324	63,64
Multas	11	4	-63,64
	<b>103 467</b>	<b>125 351</b>	<b>21,15</b>

A equipa de *e-learning* com competência de criar e gerir os cursos de formação à distância bem como a gestão dos vídeos em servidores internos, processou:

	2014	2015	Evolução %
Cursos	54	75	38,89
Inscrições	13 930	17 574	26,16

Suporte no envio de dados para as seguradoras relativamente ao seguro de responsabilidade civil profissional (SRCP):



	2014	2015
Janeiro	29 132	28 332
Fevereiro	29 489	28 845
Março	30 150	29 347
Abril	28 813	27 291
Maio	29 172	27 622
Junho	29 385	28 410
Julho	27 853	27 196
Agosto	28 120	27 701
Setembro	28 786	28 921
Outubro	27 074	27 855
Novembro	27 618	28 257
Dezembro	28 434	28 621

Relativamente ao seguro de saúde (SS):

	2014	2015
Janeiro	55 804	58 845
Fevereiro	55 754	58 823
Março	57 355	58 809
Abril	59 188	59 074
Maio	59 172	59 044
Junho	59 136	59 222
Julho	59 134	58 929
Agosto	59 092	58 901
Setembro	59 014	58 870
Outubro	58 958	59 305
Novembro	58 926	59 203
Dezembro	58 862	59 168

O sistema de atendimento registou os seguintes movimentos:

Atendimento automático e <i>call center</i>	2014	2015	Evolução %
Total de chamadas CC / fornecedores / efetuadas	314 701	300 770	-4,43
Pedidos de suporte interno	63	68	7,94
Intervenções externas	0	0	---
Chamadas atendidas através de <i>call center</i>	194 788	193 972	-0,42

Para além do apoio interno, o DSI continuou a dar apoio externamente:





Atendimento	2014	2015	Evolução %
Telefónico	6 103	7 555	23,79
E-mail	129	67	-48,06
Presencial	42	25	-40,48
Pasta TOC	341	348	2,05

#### d) Departamento de funcionamento

O departamento de funcionamento conta com 8 colaboradores e de seguida apresenta-se mapa-resumo da sua atividade

Designação	Ano			Ano Anterior		
	Req.	Qtd.	Cartas	Req.	Qtd.	Cartas
<b>Art.º 10.º</b>						
Declarações recebidas e registadas;	2	2	0	513	513	0
<b>Atendimento telefónico</b>						
Recebido	15 941	15 941	0	17 799	17 799	0
Efetuada	5 080	5 080	0	5 434	5 434	0
<b>TOTAL</b>	<b>21 021</b>	<b>21 021</b>	<b>0</b>	<b>23 233</b>	<b>23 233</b>	<b>0</b>
<b>Brochuras</b>						
Vendidas	357	357	357	245	245	245
<b>Cadastro</b>						
Alterações	312	312	0	723	723	0
<b>Cartões de acesso à formação</b>						
Enviados	1 482	1 482	0	1 212	1 212	0
<b>Cédulas</b>						
Pedidos pendentes do ano anterior	0	0	0	0	0	0
Pedidos recebidos no ano (cédulas+2.ºs vias)	0	0	0	0	0	0
Enviadas aos membros (cédulas+2.ºs vias)	0	0	0	0	0	0
Pedidos pendentes no ano (cédulas+2.ºs vias)	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Certidões</b>						
Inscrição, situação contrib., sit. perante a OCC	124	124	124	123	123	123
<b>Correspondência</b>						
Diversa	0	0	1 275	0	0	1 715
<b>Encontro dos CC</b>						
Inscrições	428	864	0	248	515	0
<b>Formação OCC</b>						
Conferências	7 381	7 381	7	5 717	5 717	0
Congressos	3 799	3 799	0	0	0	0
À distância	17 567	17 567	0	9 949	9 949	40
Eventual	48 278	48 278	0	40 595	40 595	0
Permanente	213	213	37	89	89	39
Recorrente	311	311	0	157	157	0
Segmentada	9 841	9 841	949	6 236	6 236	1 105
Reuniões livres	47 090	47 090	0	41 849	41 849	0
Sessão de esclarecimento	2 546	2 546	0	1 217	1 217	0
<b>TOTAL Formação OCC</b>	<b>137 026</b>	<b>137 026</b>	<b>993</b>	<b>105 809</b>	<b>105 809</b>	<b>1 184</b>



Designação	Ano			Ano Anterior		
	Req.	Qtd.	Cartas	Req.	Qtd.	Cartas
<b>Formação equiparada</b>						
Inscrições	6 991	7 100	0	6 851	7 053	0
<b>Formação- Questionários</b>						
Leitura e resumo para Conselho Diretivo	7 529	7 529	0	9 000	9 000	0
<b>Logística</b>						
Reservas de alojamentos	105	240	0	70	202	0
Reservas de auditórios	940	964	0	921	943	0
Reservas de hospedeiras	4	120	0	59	98	0
Reservas de <i>catering</i>	90	49 565	0	101	43 402	0
<b>TOTAL Reservas de logística</b>	<b>1 139</b>	<b>50 889</b>	<b>0</b>	<b>1 151</b>	<b>44 645</b>	<b>0</b>
<b>Membros - Reentradas e saídas</b>						
Reinscrições	0	0	0	52	52	52
Inativos	1 410	1 410	0	1 139	1 139	0
<b>TOTAL Trans. de situação de membros</b>	<b>1 410</b>	<b>1 410</b>	<b>0</b>	<b>1 191</b>	<b>1 191</b>	<b>52</b>
<b>PROCESSOS DE CANDIDATURA A CC</b>						
<b>Candidaturas</b>						
Processos pendentes ano anterior:	138	0	0	105	0	0
Recebidos	1 597	0	0	1 474	0	0
Aceites	0	1 260	1 415	0	1 396	1 530
Recusados e nulos	0	45	45	0	45	45
Pendentes ano	0	430	78	0	138	38
<b>TOTAL Candidaturas</b>	<b>1 735</b>	<b>1 735</b>	<b>1 538</b>	<b>1 579</b>	<b>1 579</b>	<b>1 613</b>
<b>Estágio</b>						
Processos pendentes ano anterior:	134	0	0	129	0	0
Entradas:	155	0	0	134	0	0
Estágios terminados c/aproveitamento	0	131	262	0	123	246
Estágios terminados s/aproveitamento	0	7	7	0	6	6
Pendentes ano:	0	151	0	0	134	0
<b>TOTAL Estágio</b>	<b>289</b>	<b>289</b>	<b>269</b>	<b>263</b>	<b>263</b>	<b>252</b>
<b>Exame</b>						
Processos pendentes ano anterior:	1 704	0	0	1 579	0	0
Entradas:	1 236	0	0	1 385	0	0
Aprovados exame	0	1 150	2 300	0	705	1 410
Reprovados exame	0	349	698	0	555	1 110
Pendentes ano - Aguardar exame	0	722	0	0	1 067	0
Pendentes ano - Aguardar resultado exame	0	0	0	0	0	0
Pendentes ano - Rep.s aguardar pag. exame	0	719	0	0	637	0
<b>TOTAL Exame</b>	<b>2 940</b>	<b>2 940</b>	<b>2 998</b>	<b>2 964</b>	<b>2 964</b>	<b>2 520</b>
<b>Membros admitidos</b>						
Membros - Após exame	1 042	1 042	1 042	658	658	658
Membros - Após estágio e exame	108	108	108	47	47	47
<b>TOTAL Membros</b>	<b>1 150</b>	<b>1 150</b>	<b>1 150</b>	<b>705</b>	<b>705</b>	<b>705</b>
<b>TOTAL Candidatura+Estágio+Exame+Membros</b>	<b>6 114</b>	<b>6 114</b>	<b>5 955</b>	<b>5 511</b>	<b>5 511</b>	<b>5 090</b>
<b>Pasta TOC</b>						
Mensagens entradas e saídas	7 679	7 679	0	6 511	6 511	0
<b>Placas identificativas</b>						
Requisições	55	58	0	67	68	0



Designação	Ano			Ano Anterior		
	Req.	Qtd.	Cartas	Req.	Qtd.	Cartas
<b>Quotas</b>						
Requisições e alteração de situação	336 486	336 486	0	335 823	335 823	0
<b>Vinhetas</b>						
Requisições	4 254	192 500	0	4 044	185 290	0
<b>TOTAL</b>	<b>532 409</b>	<b>770 953</b>	<b>8 704</b>	<b>502 255</b>	<b>727 465</b>	<b>8 409</b>

Formação por distrito	2013	2014	2015	Ano-Ano-1	Difª %
Angra	869	620	722	102	16,5%
Aveiro	9 467	6 785	8 635	1 850	27,3%
Beja	1 128	610	836	226	37,0%
Braga	13 398	10 218	12 529	2 311	22,6%
Bragança	1 613	1 097	1 389	292	26,6%
C. Branco	2 351	1 808	2 226	418	23,1%
Coimbra	6 057	4 222	5 200	978	23,2%
Évora	2 416	1 797	1 778	-19	-1,1%
Faro	4 353	2 959	3 398	439	14,8%
Funchal	2 662	2 023	2 793	770	38,1%
Guarda	2 263	1 594	1 815	221	13,9%
Horta	348	289	344	55	19,0%
Leiria	10 360	8 384	9 472	1 088	13,0%
Lisboa	30 837	22 093	29 690	7 597	34,4%
P. Delgada	1 532	1 037	1 422	385	37,1%
Portalegre	1 338	829	1 120	291	35,1%
Porto	20 991	14 775	17 575	2 800	19,0%
Santarém	6 024	4 057	4 887	830	20,5%
Setúbal	4 096	2 597	3 801	1 204	46,4%
V. Castelo	3 574	2 902	3 416	514	17,7%
V. Real	2 995	1 623	2 105	482	29,7%
Viseu	4 547	3 541	4 306	765	21,6%
Distancia	13 996	9 949	17 567	7 618	76,6%
<b>Total</b>	<b>147 215</b>	<b>105 809</b>	<b>137 026</b>	<b>31 217</b>	<b>29,5%</b>

### Serviços de tesouraria

O serviço de tesouraria tem como missão receber os valores destinados à Ordem, pagar os montantes devidos pela Ordem depois de devidamente autorizados pelo Bastonário ou diretor competente, bem como providenciar os meios financeiros necessários para o funcionamento da instituição ou propor as melhores soluções para aplicação de excedentes financeiros. É composto por quatro colaboradores.



No ano de 2015 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Atividade	
Pagamentos de quotas efetuados no sítio da OTOC sistema <i>online</i> – UNICRE MB-net	256 332
Pagamentos de quotas efetuados nos CTT	802
Cheques e vales postais recebidos/ Registados para pagamento de quotas, vinhetas, e das várias ações de formação	4 305
Entradas em bancos	7 011
<b>Saídas de bancos</b>	
Cheques emitidos (membros e fornecedores)	630
Débitos em conta (pag. <i>ebanking</i> )	9 408
Débitos bancários	97
Elaboração de cartas a devolver cheques aos membros por incorreção e correspondência geral	68
Faturas de fornecedores recebidas e registadas na gestão comercial	4 834
Recibos oficiais recebidos e registados na gestão comercial	1 826
<b>Membros/Registos que optaram pelo pagamento por Multibanco</b>	
<b>1.º Trimestre</b>	<b>65 183</b>
Envio por <i>email</i>	55 098
Envio por CTT	10 085
<b>2.º Trimestre</b>	<b>61 243</b>
Envio por <i>email</i>	51 142
Envio por CTT	10 101
<b>3.º Trimestre</b>	<b>61 063</b>
Envio por <i>email</i>	50 818
Envio por CTT	10 245
<b>4.º Trimestre</b>	<b>58 579</b>
Envio por <i>email</i>	48 745
Envio por CTT	9 834
<b>Total enviado por <i>email</i></b>	<b>246 068</b>
<b>Total enviado por CTT</b>	<b>40 265</b>
<b>Total geral</b>	<b>286 333</b>
Membros/Registos que optaram em 2015 pelo pagamento pelo sistema de débitos diretos	2 223
<i>Emails</i> recebidos	2 096
<b>Pasta TOC – Questões entradas</b>	<b>4 013</b>
Questões respondidas	4 013
Questões devolvidas	0
<b>Atendimento <i>call center</i> – Tesouraria</b>	
Telefonemas atendidos	7 713
Telefonemas efetuados	3 197



### Serviço de contabilidade

O serviço de contabilidade é composto por três colaboradores e tem como missão executar as operações contabilísticas, dar cumprimento às obrigações fiscais, elaborar mensalmente relatórios sobre a análise económica e orçamental da Ordem e proceder à gestão administrativa de pessoal.

No decurso de 2015 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Serviços de contabilidade / Desempenho em 2015	Dif*	Dif*		
Natureza	2014	2015	2015/2014	%
Documentos contabilizados:				
Caixa	164	183	19	12%
Cobranças através dos bancos	7 374	8 496	1 122	15%
Pagamentos via bancos	7 796	8 203	407	5%
Faturas / Faturas-Recibo	6 603	7 445	842	13%
Operações diversas	4 635	5 139	504	11%
<b>Total dos documentos</b>	<b>26 572</b>	<b>29 466</b>	<b>2 894</b>	<b>11%</b>

### Serviço de correspondência

O Serviço de Correspondência, é composto por 3 colaboradores, e tem como missão a receção e expedição da correspondência interna e externa da instituição.

Apresentamos os dados objetivos da atividade realizada:

#### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA – 2015

##### Totais gerais

Mês	Nº de Cartas
Janeiro	2 277
Fevereiro	3 382
Março	2 469
Abril	3 206
Maio	2 035
Junho	3 587
Julho	2 775
Agosto	1 784
Setembro	3 510
Outubro	2 796
Novembro	2 168
Dezembro	2 075
<b>Total</b>	<b>32 064</b>

Totais por :

Cartas reg.	Cartas s/reg.
23 535	8 529



### DOCUMENTOS DIGITALIZADOS – 2015

Mês	Digitalizações
Janeiro	929
Fevereiro	733
Março	920
Abril	821
Maio	698
Junho	814
Julho	1113
Agosto	824
Setembro	1011
Outubro	1037
Novembro	1213
Dezembro	1022
<b>Total</b>	<b>11135</b>

### PASTA TOC – Ano 2015

Mês	Questões várias
Janeiro	1851
Fevereiro	1511
Março	1618
Abril	1294
Maio	1083
Junho	1226
Julho	1100
Agosto	742
Setembro	1398
Outubro	1866
Novembro	1719
Dezembro	1545
<b>TOTAL</b>	<b>16 953</b>

### E-MAILS (pasta TOC)

Mês	Nº E-MAILS
Janeiro	1864
Fevereiro	1444
Março	1472
Abril	1457
Maio	1330
Junho	1311
Julho	1515
Agosto	1009
Setembro	1754
Outubro	1608
Novembro	1412
Dezembro	1262
<b>TOTAL</b>	<b>17 438</b>



#### CORREIO DEVOLVIDO REBECIDO EM 2015

Mês	Nº de Carta
Janeiro	783
Fevereiro	2 342
Março	1095
Abril	1730
Maio	1048
Junho	1970
Julho	190
Agosto	245
Setembro	465
Outubro	129
Novembro	207
Dezembro	187
<b>Total</b>	<b>10 391</b>

#### CHEQUES RECEBIDOS EM 2015

Janeiro	154
Fevereiro	133
Março	221
Abril	102
Maio	55
Junho	89
Julho	140
Agosto	116
Setembro	81
Outubro	79
Novembro	96
Dezembro	171
<b>Total</b>	<b>1437</b>

#### Vale postal recebidos em 2015

Janeiro	7
Fevereiro	10
Março	21
Abril	9
Maio	2
Junho	11
Julho	12
Agosto	19
Setembro	9
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	24
<b>Total</b>	<b>142</b>



### Súmula por percentagem comparativa:

#### Correspondência recebida:

2014 – 34 081

**(-) 5.92%**

2015 – 32 064

#### Pasta Toc

2014 – 17 649

**(-) 3.94%**

2015 – 16 953

#### Digitalizações

2014 – 4884

**(+) 56.14%**

2015 – 11135

#### E-Mail (pastaToc):

2014 – 9 498

**(+) 83,60%**

2015 – 17 438

#### Correio devolvido ( inclui PDQ):

2014 - 9 657

**(-) 7.06%**

2015 - 10 391

#### Cheques recebidos:

2014 - 1918

**(-) 25,08%**

2015 - 1437

#### Vale Postal:

2014 - 200

**(-)29,00%**

2015 - 142





## IX. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Ordem continua a desenvolver a sua atividade nas organizações internacionais a que pertence, destacando-se entretanto que no decurso do ano de 2015 requereu à IFAC (*International Federation of Accountants*) a alteração da qualidade de membro associado para membro efetivo da instituição.

A mudança de estatuto foi patrocinada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo já sido aprovada pelas instâncias competentes da IFAC, aguardando-se que seja analisada e aprovada na Assembleia Geral do Conselho Geral daquela organização a realizar no ano de 2016.

Não obstante a requerida alteração da qualidade de membro, a Ordem no decurso de 2015 participou nos eventos realizados pela organização, de entre os quais se destaca a Assembleia Geral realizada em Singapura.

A IFAC é a maior organização mundial de Contabilidade fazendo dela parte 86 países, tendo a sua sede em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Pela primeira vez na história da Contabilidade portuguesa, a presidência de uma organização internacional de Contabilidade é assumida por um português, no caso vertente o Bastonário da Ordem dos Contabilistas Certificados, que assumiu os comandos do CILEA, em novembro de 2015.

A passagem do testemunho da presidência realizou-se num evento realizado em conjunto com o Colégio dos Economistas Espanhóis, em Santiago de Compostela.

No CILEA, a Ordem já ocupava uma vice-presidência, desde 2008, passando desde o ano de 2013 a ocupar a primeira vice-presidência da organização.

No decurso de 2015 a Ordem participou nos diversos eventos realizados pelo CILEA, destacando-se a sua presença na cidade de Manizales, na Colômbia, na conferência realizada em Roma e em Santiago de Compostela.

O CILEA é formado pelos países de cultura latina, sendo pela Europa integra-



do por Portugal, Espanha, França, Itália e Roménia e pela América do Sul por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Chile, México, Peru e Cuba.

A Ordem é também membro efetivo da Fundação Mediterrânea para a Contabilidade (FCM), organização que engloba os países mediterrâneos, sendo seus membros: Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Argélia, Egito, Tunísia, Ucrânia, Macedónia, Grécia, Turquia, Albânia e Cazaquistão e, neste contexto, tem participado na maioria dos eventos realizados pela organização, destacando a participação nas reuniões de Rabat, no Reino de Marrocos e Itália.

Outra das organizações a que a Ordem pertence é a EFAA (Federação Europeia dos Contabilistas e Auditores para as pequenas e médias empresas). Tem a sua sede em Bruxelas e, conforme o nome indica, é hoje uma voz muito respeitada nas questões inerentes às pequenas e médias empresas.

São seus membros Portugal, Espanha, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Albânia, Azerbaijão, Geórgia, Eslovénia e Hungria.

Exerce a sua influência nos mais diversos centros de decisão nas questões relacionadas com as pequenas e médias empresas e tem vindo a desempenhar um papel fulcral no processo da organização contabilística das pequenas e médias empresas.

Portugal tem participado ativamente na dinâmica da instituição, contribuindo com três representantes nos grupos de trabalho (*work groups*) e contando no presente com um elemento do conselho diretivo da Ordem, eleito em assembleia geral realizada em Lisboa, para o *board* da EFAA.

Tem participado ativamente nas assembleias gerais da organização, tendo participado, em 2015, em Berlim, Paris e Lisboa.

A OCC tem continuado a desenvolver com o Brasil, não só com a razão, mas também com muito coração, uma relação de intercâmbio duradouro e muito profícuo. É uma relação que tem perdurado ao longo do tempo, pois para além da sua mais-valia natural pela troca de experiências que tem mutuamente propiciado, é daquele tipo de relacionamento em que nos sentimos muito bem, em que respeitamos e somos respeitados e em que sentimos, cada vez mais fundo, a necessidade de continuarmos a desenvolver, não só ações conjuntas, mas também continuar a aprofundar, embora em realidades diferentes, os problemas da profissão.



No ano de 2015, realizamos em Portugal, em parceria com a Universidade de Évora, as jornadas Luso-Brasileiras de Contabilidade e participamos no Brasil no dia da mulher contabilística, realizado na Foz do Iguaçu.

Com os países africanos de língua portuguesa, com especial relevo para Moçambique e Cabo Verde, continuamos a desenvolver intercâmbios de colaboração, disponibilizando as técnicas e as ferramentas que temos vindo a desenvolver em Portugal para a profissão, bem como para Moçambique a disponibilização de uma base de dados sobre o sistema fiscal moçambicano.

Quer num quer noutro país, estivemos presentes nos congressos por eles realizados na cidade da Praia, em Cabo Verde e na cidade de Maputo em Moçambique, momentos em que foram proferidas intervenções pelos representantes da Ordem.

Conforme se infere do relato, a Ordem encontra-se muito bem credibilizada entre as diversas organizações internacionais que lidam com os problemas inerentes à fiscalidade. Nestes, como noutros domínios, ninguém dá nada a ninguém e aquilo que até hoje temos vindo a consolidar é o resultado natural do nosso comportamento ao longo dos anos nas organizações em que nos encontramos inscritos.

Queremos continuar com este trabalho. Hoje as coisas fluem com uma rapidez estonteante e, ou estamos nos lugares certos para as influenciar, ou então somos perante elas unicamente elementos passivos da sua existência.





## X. CONCLUSÕES

Este é daqueles capítulos que mais nos custa a escrever, não por não sabermos o que dizer, mas porque temos a sensação que não dissemos tudo, que não colocamos no relato a alma e a vitalidade que colocamos na sua realização.

Enfim, preocupações legítimas de quem procura descrever as coisas de forma a que os membros as vivam, mesmo já com alguma distância, e que consigam apreender o entusiasmo, a alma, a vontade e o empenho que colocamos naquilo que fazemos e o quanto nele acreditamos.

A história diz-nos que não temos razões de queixa, pois os membros têm de forma inequívoca compreendido a nossa mensagem e connosco vivido os progressos que a profissão tem experimentado, através do seu voto, ponto mais apropriado para manifestações de estados de espírito quanto ao trabalho realizado pelos órgãos sociais eleitos.

Sendo uma verdade inequívoca, também é verdade que quem gosta das coisas que faz quer sempre mais, questiona-se permanentemente sob a forma e o meio de poder fazer melhor e nessa luta permanente de crescimento, é salutar que a dúvida, no caso construtiva, nos assole cada vez mais.

No domínio da gestão, os números falam por si e, na sua frieza, eles valem mais que milhões de palavras. Conseguirem-se níveis de execução dos documentos previsionais como aqueles que se apresentam no presente relatório, com a humildade que sempre nos deve caracterizar quando abordamos os nossos atos, não é nenhuma heresia classificar a gestão da Ordem como científica, não obstante a contingência dos documentos que lhe estiveram na base.

Outra poderá ser a discussão, pois a cientificidade da gestão poderá nem sempre compreender a melhor estratégia para a instituição.



E teríamos seguido de facto a melhor estratégia para a OCC? Não haveria outros caminhos que melhor expressassem as preocupações dos profissionais? Na gíria popular diz-se que, cada cabeça, sua sentença. Eventualmente uns dirão que sim, outros dirão que não. É um direito que assiste a cada um. Mas é também, esse com toda a legitimidade, um direito que assiste aos órgãos sociais a definição do que entendem ser o melhor para a profissão, assumindo perante os membros as suas opções.

Para nós o caminho da consolidação financeira da Ordem, criando condições para reverter gastos em investimento é aquele que melhor assegura uma instituição em continuidade, propiciando aos membros um futuro mais consolidado, sem que haja uma correria permanente ao aumento das quotas dos membros.

Entendemos que temos um compromisso com a história e com a profissão. Esse compromisso não se esgota nos facilitismos momentâneos, mas sim nas leituras dos atos necessários para garantir uma profissão sólida e com continuidade futura.

Foi e é nesse ensejo que, estamos convictos, cumprimos a nossa missão, legando aos mais jovens uma profissão com futuro e promissora de sucessos profissionais.

Esta é a nossa leitura. Se for essa também a leitura da maioria dos membros, damos-nos por satisfeitos, mas se assim não for, tiraremos as nossas ilações e prometemos procurar ir ao encontro das expectativas dos contabilistas certificados.

Mas, para que todo o exposto se transformasse em realidade foram necessários meios financeiros que os materializassem, o que ocorreu através do seguinte:



# XI. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, que doravante será designada por OCC, nos termos da alínea c) do artigo 54.º da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, o Conselho Diretivo apresenta o relatório e contas para apreciação do ano económico de 2015.

Para o efeito, depois de obtidos os pareceres do Conselho Superior e do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor, facilitadores para a compreensão e análise.

Apesar da informação legalmente exigível se encontrar disponível no anexo, que integra as demonstrações financeiras que são parte integrante do presente documento, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

## Rendimentos e réditos

Os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, perfizeram um total de 15 634 852 euros, distribuído pelas grandes rubricas:

Rubricas	2014	Varição 2014/2015	2015	Orçamento 2015	Desvio face ao orçamento
71 Vendas	3 120	4 219	7 339	127 100	-119 761
72 Prestações de serviços	13 473 515	1 014 311	14 487 825	14 342 560	145 265
75 Subsídios à exploração	2 186	785	2 972	5 000	-2 028
76 Reversões	7 951	94 966	102 917		102 917
78 Outros rendimentos e ganhos	1 053 726	-22 949	1 030 777	1 141 380	-110 603
79 Juros, dividendos e outros rend.	47 659	-44 637	3 022	30 000	-26 978
<b>Total</b>	<b>14 588 156</b>	<b>1 046 696</b>	<b>15 634 852</b>	<b>15 646 040</b>	<b>-11 188</b>

Conforme se pode observar a execução foi muito aproximada dos cem por cento tendo em conta o orçamento previsto, correspondendo a um insignificante desvio de 11 188 euros, correspondente a 0,07 por cento do valor inicialmente orçamentado.



Observando os valores orçamentados e os valores executados em 2015, verifica-se que para o desfecho favorável do período em análise contribuíram as subrubricas de formação, com o desvio de 274 571 euros e a subrubrica de serviços de informática, desenvolvidos e disponibilizados aos membros – TOCOnline –, com o desvio de 275 932 euros.

Rubricas	2014	Varição 2014/2015	2015	Orçamento 2015	Desvio face ao orçamento
<b>71 Vendas</b>	<b>3 120</b>	<b>4 219</b>	<b>7 339</b>	<b>127 100</b>	<b>-119 761</b>
711 Mercadorias	3 120	4 219	7 339	127 100	-119 761
<b>72 Prestações de serviços</b>	<b>13 473 515</b>	<b>1 014 311</b>	<b>14 487 825</b>	<b>14 342 560</b>	<b>145 265</b>
721 Joias	70 500	44 500	115 000	85 000	30 000
722 Quotas	10 551 600	-59 358	10 492 242	10 552 320	-60 078
72201 Quotização – membros efetivos	10 355 442	-58 458	10 296 984	10 355 040	-58 056
72202 Quotização – membros suspensos	196 158	-900	195 258	197 280	-2 022
723 Ações de formação OCC	2 179 976	736 595	2 916 571	2 642 000	274 571
7231 Formação eventual	1 283 856	247 856	1 531 712	1 472 000	59 712
7232 Formação segmentada	439 632	141 884	581 516	540 000	41 516
7233 Formação permanente	11 008	15 616	26 624	48 000	-21 376
7234 Formação à distância	433 424	324 480	757 904	576 000	181 904
7235 Formação recorrente	12 056	6 759	18 815	6 000	12 815
724 Eventos OCC	160 535	33 007	193 542	550 000	-356 458
72401 V Congresso		65 050	65 050	100 000	-34 950
72403 Conferências	117 750	-32 393	85 357	110 000	-24 643
72404 Sessões de esclarecimento	23 760	-23 760		100 000	-100 000
72406 Congresso Int. Contab. e Auditoria		24 110	24 110		24 110
72409 Formação em Angola	19 025		19 025	240 000	-220 975
725 Serviços secundários	370 718	263 390	634 107	372 840	261 267
72501 Vinhetas	107 678	-12 303	95 375	110 040	-14 665
72502 Serviços de informática (membros)	263 040	275 692	538 732	262 800	275 932
727 Multas – processos disciplinares	140 186	-3 823	136 363	140 400	-4 037
<b>75 Subsídios à exploração</b>	<b>2 186</b>	<b>785</b>	<b>2 972</b>	<b>5 000</b>	<b>-2 028</b>
75203 Outros patrocínios	2 186	785	2 972	5 000	-2 028
<b>76 Reversões</b>	<b>7 951</b>	<b>94 966</b>	<b>102 917</b>		<b>102 917</b>
762 Perdas por imparidade	7 951	71 629	79 580		79 580
76211 Dívidas a receber	7 951	71 629	79 580		79 580
763 Processos judiciais em curso		23 337	23 337		23 337
<b>78 Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>1 053 726</b>	<b>-22 949</b>	<b>1 030 777</b>	<b>1 141 380</b>	<b>-110 603</b>
7816 Outros rendimentos suplementares	844 090	-40 225	803 865	855 100	-51 235
781601 Encontro Nacional dos CC	5 878	3 598	9 476	7 000	2 476
781604 Taxas e emolumentos	752 127	-91 284	660 843	683 216	-22 373
781605 Inscrições – Reg. atribuição créditos	15 203	4 959	20 162	16 750	3 412
781606 Publicidade	70 882	-12 498	58 384	68 134	-9 750
781609 Outros		55 000	55 000	80 000	-25 000
782 Descontos pronto pagamento		5 723	5 723		5 723
7873 Rendas em propriedades investimento	163 303	134	163 436	165 080	-1 644
7878 Rendas em ativos fixos tangíveis	1 144	2 288	3 431	72 000	-68 569
788 Outros	45 189	9 133	54 322	49 200	5 122
<b>79 Juros, dividendos e outros rendimentos</b>	<b>47 659</b>	<b>-44 637</b>	<b>3 022</b>	<b>30 000</b>	<b>-26 978</b>
791 Juros obtidos	47 659	-44 637	3 022	30 000	-26 978
<b>Total</b>	<b>14 588 156</b>	<b>1 046 696</b>	<b>15 634 852</b>	<b>15 646 040</b>	<b>-11 188</b>





Conclui-se, não obstante alguma variação entre rubricas, que o nível de execução orçamental tem um elevado grau de rigor dado que a variação é praticamente nula.

### Gastos e perdas

Os gastos e perdas ocorridos no período em análise perfizeram um total de 15 395 450 euros, distribuídos pelas seguintes grandes rubricas:

Rubricas	2014	Varição 2014/2015	2015	Orçamento 2015	Desvio face ao orçamento
61 CMVMC	5 273	-3 339	1 934	8 400	-6 466
62 Fornecimento e serviços externos	9 308 388	442 305	9 750 692	9 698 350	52 342
63 Gastos com o pessoal	4 070 986	387 773	4 458 760	4 342 510	116 250
64 Gastos de depreciação	543 560	28 395	571 955	702 196	-130 241
65 Perdas por imparidade	152 648	79 682	232 330	250 000	-17 670
68 Outros gastos e perdas	204 917	118 747	323 665	309 790	13 875
69 Gastos e perdas de financiamento	72 713	-16 598	56 115	86 360	-30 245
<b>Total</b>	<b>14 358 486</b>	<b>1 036 965</b>	<b>15 395 450</b>	<b>15 397 606</b>	<b>-2 156</b>

Da análise sumária ao quadro anterior, pode concluir-se que o maior desvio resulta da rubrica de depreciações e amortizações em virtude, de alguns dos investimentos não estarem ainda concluídos. Na rubrica de gastos com o pessoal verifica-se um desvio resultante da alteração de procedimento, de acordo com direitos legais, na atribuição dos subsídios de férias e de Natal, aos órgãos sociais.

No entanto, verifica-se que o nível de execução orçamental global não ficou comprometido como se pode constatar pela execução praticamente na ordem dos cem por cento, com um desvio quase imperceptível de 0,01 por cento.

De seguida apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas de gastos e perdas.



Rubricas	2014	Varição 2014/2015	2015	Orçamento 2015	Desvio
<b>61CMVMC</b>	<b>5 273</b>	<b>-3 339</b>	<b>1 934</b>	<b>8 400</b>	<b>-6 466</b>
611 Mercadorias	652	1 281	1 934	600	1 334
612 Matérias-primas, subs. e de cons.	4 620	-4 620		7 800	-7 800
<b>62 FSE</b>	<b>9 308 388</b>	<b>442 305</b>	<b>9 750 692</b>	<b>9 698 350</b>	<b>52 342</b>
621 Subcontratos	840 188	-312 000	528 188	1 113 300	-585 112
622 Serviços especializados	4 588 049	362 657	4 950 706	4 729 620	221 086
6221 Trabalhos especializados	1 658 015	234 976	1 892 991	1 751 690	141 301
6222 Publicidade e propaganda	627 891	91 307	719 198	457 100	262 098
6223 Vigilância e segurança	73 269	3 340	76 609	144 400	-67 791
6224 Honorários	1 122 448	88 240	1 210 688	1 234 790	-24 102
6226 Conservação e reparação	731 596	-96 149	635 447	720 260	-84 813
6227 Serviços bancários	193 727	215 35	215 262	216 200	-938
6228 Outros	181 103	19 408	200 511	205 180	-4 669
623 Materiais	86 241	66 999	153 240	137 580	15 660
6231 Ferramentas e utensílios				2 500	-2 500
6232 Livros e documentação técnica	725	4 436	5 162	1 080	4 082
6233 Material de escritório	84 254	57 635	141 888	130 000	11 888
6234 Artigos para oferta	1 262	4 928	6 190	4 000	2 190
624 Energia e fluidos	123 427	10 840	134 266	127 500	6 766
6241 Eletricidade	91 149	6 552	97 701	95 400	2 301
6242 Combustíveis	24 353	-2 884	21 470	23 100	-1 630
6243 Água	7 924	7 171	15 095	9 000	6 095
625 Deslocações e estadas	509 065	65 854	574 919	414 600	160 319
6251 Deslocações e estadas	509 065	65 854	574 919	414 600	160 319
625101 Refeições	126 250	10 218	136 468	92 400	44 068
625102 Deslocações	232 068	58 620	290 688	217 200	73 488
625103 Estadas	150 748	-2 985	147 763	105 000	42 763
626 Serviços diversos	3 161 418	247 954	3 409 373	3 175 750	233 623
6261 Rendas e alugueres	433 153	235 061	668 214	635 810	32 404
6262 Comunicação	1 430 636	-180 728	1 249 909	1 201 200	48 709
6263 Seguros	1 181 216	80 891	1 262 107	1 200 860	61 247
6265 Contencioso e notariado	11 185	6 627	17 812	12 000	5 812
6266 Despesas de representação	16 232	84 632	100 864	10 000	90 864
6267 Limpeza, higiene e conforto	88 996	3 021	92 017	115 880	-23 863
6268 Outros serviços		18 450	18 450		18 450
<b>63 Gastos com o pessoal</b>	<b>4 070 986</b>	<b>387 773</b>	<b>4 458 760</b>	<b>4 342 510</b>	<b>116 250</b>
631 Remunerações Órgãos da Ordem	862 751	158 902	1 021 653	906 010	115 643
632 Remunerações do pessoal	2 386 494	170 548	2 557 042	2 649 190	-92 148
635 Encargos sobre remunerações	691 208	76 414	767 621	679 610	88 011
636 Seguros de acidentes no trabalho	10 570	3 425	13 995	10 040	3 955
637 Gastos de ação social	28 170	-2 836	25 334	30 000	-4 666
638 Outros gastos com o pessoal	91 793	-18 679	73 114	67 660	5 454
<b>64 Gastos de depreciação</b>	<b>543 560</b>	<b>28 395</b>	<b>571 955</b>	<b>702 196</b>	<b>-130 241</b>
641 Propriedades de investimentos	39 975	2 415	42 390	39 980	2 410
642 Ativos fixos tangíveis	443 592	-44 884	398 707	602 216	-203 509
643 Ativos intangíveis	59 994	70 864	130 858	60 000	70 858
<b>65 Perdas por imparidade</b>	<b>152 648</b>	<b>79 682</b>	<b>232 330</b>	<b>250 000</b>	<b>-17 670</b>
651 Em dívidas a receber	152 648	79 682	232 330	250 000	-17 670
<b>68 Outros gastos e perdas</b>	<b>204 917</b>	<b>118 747</b>	<b>323 665</b>	<b>309 790</b>	<b>13 875</b>
6811 Impostos diretos	30 295	19 214	49 509	47 350	2 159
6812 Impostos indiretos	1 422		1 422	720	702
6813 Taxas	4 275	-1 472	2 804		2 804
6881 Correções períodos anteriores		29 616	29 616		29 616
6882 Donativos	31 454	-2 334	29 120	31 450	-2 330
6883 Quotizações	37 826	28 589	66 415	37 830	28 585
6888 Outros	99 645	45 134	144 779	192 440	-47 661
<b>69 Gastos e perdas de financiamento</b>	<b>72 713</b>	<b>-16 598</b>	<b>56 115</b>	<b>86 360</b>	<b>-30 245</b>
6911 Juros de financiamentos obtidos	5 410	-319	5 091	30 200	-25 109
6917 Juros contrato de loc. financeira	67 303	-16 409	50 894	56 160	-5 266
6918 Outros juros		130	130		130
<b>Total</b>	<b>14 358 486</b>	<b>1 036 965</b>	<b>15 395 450</b>	<b>15 397 606</b>	<b>-2 156</b>



Os gastos das mercadorias vendidas e matérias consumidas dizem respeito a manuais de formação.

Nos fornecimentos e serviços externos há quatro subrubricas que merecem especial atenção da nossa parte:

Os trabalhos especializados refletem um aumento dos gastos com honorários aos formadores, decorrente do aumento do volume de formação executada e que, como anteriormente já referido, representou um acréscimo de receita.

Na subrubrica publicidade e propaganda o desvio verificado não comprometeu a execução orçamental global. Esta situação decorre da revisão de protocolos e celebração de novos protocolos, associados à estratégia da Ordem.

Contudo, estas opções só foram postas em consideração e depois decididas, após análise cuidada da execução orçamental, que permitiu aferir a viabilidade da opção, sem colocar em risco outras metas e objetivos.

Os gastos com deslocações e estadas decorrem da importância da OCC estar presente junto dos seus parceiros e organizações internacionais das áreas da contabilidade e fiscalidade, nomeadamente no IFAC (*International Federation of Accountants*), EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME's*), onde estamos representados no *board*, no CILEA (Comité de Integração Latino Europa-América), onde atualmente exercemos a presidência, FCM (*Fédération des Experts Comptables Méditerranéens*) nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e no IIC (*International Institute of Costs*), entre outros. O ano de 2015 foi de muita participação, com bastantes atividades, congressos e conferências de vital importância para a Ordem no cumprimento da sua estratégia em prol do reconhecimento e afirmação nacional e internacional.

As despesas de representação decorrem do anteriormente referido, bem como estão diretamente relacionadas com a presença de individualidades em representação da Ordem em eventos, conferências, congressos.

A subrubrica de subcontratos inclui o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros que são os módulos do TOOnline e ainda a produção de vinhetas.

Na subrubrica outros merece especial referência a contribuição para o fundo de pensões no valor de 163 830 euros.



Nos serviços diversos (rendas e alugueres, comunicação e seguros), o desvio está diretamente relacionado com o facto de ter ocorrido maior volume de formação, que implicou o recurso a mais aluguer de espaços. O desvio nos seguros decorre da obrigatoriedade legal da sua constituição para os investimentos em curso e, sobretudo, de ajustamentos no que se refere ao seguro de saúde dos membros. O desvio na comunicação está associado à realização do V Congresso que ocorreu em setembro de 2015.

Relativamente às restantes despesas, todas merecem a nossa melhor atenção. No entanto, para a presente análise não se justifica uma fundamentação individualizada.

### Investimentos

Os investimentos realizados no período em apreço totalizaram 2 647 000 euros, distribuídos da seguinte forma:

- a) 75 330 euros – valor que a Ordem suportou com a aquisição de equipamento administrativo e informático.
- b) 2 473 298 euros – valor que a Ordem pagou com a aquisição das despesas integradas nos projetos de investimento, em Lisboa e Porto.
- c) 98 372 euros – valor suportado com o início da implementação do projeto WEB-TV.

Descrição	2014	Adições	Abate	Transferência	2015
Terrenos e recursos naturais	2 993 778				2 993 778
Edifícios e outras construções	12 365 078				12 365 078
Equipamento de transporte	291 432				291 432
Equipamento administrativo	3 601 745	75 330	2 429		3 674 646
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Bens do património histórico e cultural	66 860				66 860
Investimentos em curso - Instalações	6 661 430	2 484 391		11 093	9 134 728
Investimentos em curso - WEB TV		98 372			98 372
<b>Ativo bruto</b>	<b>26 207 392</b>	<b>2 658 092</b>	<b>2 429</b>	<b>11 093</b>	<b>28 851 963</b>
Depreciações acumuladas	6 271 285	398 708	2 429		6 667 565
<b>Ativo líquido</b>	<b>19 936 107</b>	<b>2 259 384</b>		<b>11 093</b>	<b>22 184 399</b>

Análise da conclusão do investimento, conforme quadro que se segue:



euros

Projeto de investimento Lisboa e Porto	Orçamento	Investimento realizado até 31/12/2015	Investimento a realizar 2016
Porto – Largo 1.º de dezembro, n.º 43 e 62			
Custos totais de aquisição	3 027 000	3 219 475	
Obras	3 513 900	2 535 552	978 348
<b>Subtotal</b>	<b>6 540 900</b>	<b>5 755 027</b>	<b>978 348</b>
Lisboa – Av. Defensores de Chaves, 83 e 85			
Custos totais de aquisição	1 798 950	1 803 440	
Obras	1 840 080	217 712	1 622 368
<b>Subtotal</b>	<b>3 639 030</b>	<b>2 021 152</b>	<b>1 622 368</b>
Lisboa – Casa do Contabilista			
Custos totais de aquisição	1 288 800	1 315 121	
Obras	100 000	43 428	56 572
<b>Subtotal</b>	<b>1 388 800</b>	<b>1 358 549</b>	<b>56 572</b>
<b>Provisão para alterações</b>	<b>431 270</b>		<b>207 984</b>
<b>Total</b>	<b>12 000 000</b>	<b>9 134 728</b>	<b>2 865 272</b>
Projeto de financiamento Lisboa e Porto	Orçamento	Financiamento obtido	Financiamento a utilizar
Porto – Largo 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62			
Custos totais de aquisição	2 000 000	1 800 000	
Obras	2 000 000	1 307 318	892 682
<b>Subtotal</b>	<b>4 000 000</b>	<b>3 107 318</b>	<b>892 682</b>
Lisboa – Av. Defensores de Chaves, 83 e 85			
Custos totais de aquisição	785 000	785 000	
Obras	1 440 000		1 440 000
<b>Subtotal</b>	<b>2 225 000</b>	<b>785 000</b>	<b>1 440 000</b>
Lisboa – Casa do Contabilista			
Custos totais de aquisição	675 000	675 000	
Obras	100 000		100 000
<b>Subtotal</b>	<b>775 000</b>	<b>675 000</b>	<b>100 000</b>
<b>Provisão para alterações</b>			
<b>Total</b>	<b>7 000 000</b>	<b>4 567 318</b>	<b>2 432 682</b>

## Responsabilidade social

A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.

A 31 de dezembro de 2015, do universo de 71 565 membros inscritos na Ordem, 48,08 por cento são homens e 51,92 por cento são mulheres, o que não deixa de ser revelador da crescente importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar de «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais se situa entre os 35 e os 50 anos, conforme quadro que se segue:



Faixa etária	F	M	Total	%
<25	136	54	190	0,3%
>=25 e < 30	1172	465	1637	2,3%
>=30 e < 35	2 447	1103	3 550	5,0%
>=35 e < 40	8 309	4 347	12 656	17,7%
>=40 e < 45	11 807	7 317	19 124	26,7%
>=45 e < 50	6 088	5 063	11 151	15,6%
>=50 e < 55	2 868	3 119	5 987	8,4%
>=55 e < 60	1 862	3 304	5 166	7,2%
>=60 e < 65	1 449	3 332	4 781	6,7%
>=65	1 017	6 306	7 323	10,2%
<b>Total</b>	<b>37 155</b>	<b>34 410</b>	<b>71 565</b>	<b>100%</b>

Pode verificar-se o apoio direto aos membros, no quadro identificativo e quantitativo seguinte:

#### Análise dos gastos – apoio aos membros

euros

Rubricas	2011	2012	2013	2014	2015
Seguro responsabilidade civil CC	445 748	434 338	431 878	416 756	421 519
Seguro de saúde CC	888 132	837 668	642 356	723 330	809 266
SICC	320 140	215 161	204 247	194 703	149 365
Revista «Contabilista»	1 068 532	1 140 595	972 004	959 420	910 251
Revista «Contabilidade e Gestão»	35 666	34 147	33 887	33 169	27 841
Revista formação		22 561			
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 249	15 248	15 248
Fundo de pensões	156 351	160 478	412 755	166 435	163 830
Reuniões livres	348 519	382 472	383 628	381 153	360 634
Fundo de solidariedade social	58 863	56 219	56 222	58 381	55 677
Departamento técnico	504 305	493 164	460 904	476 704	466 423
Representações	303 708	266 343	283 240	285 600	281 113
<b>Total</b>	<b>4 145 212</b>	<b>4 058 392</b>	<b>3 896 371</b>	<b>3 710 899</b>	<b>3 661 167</b>

#### Conclusão

Perante as considerações apresentadas, a execução orçamental de cada uma das componentes, quer dos rendimentos e réditos quer dos gastos e perdas, foi superior a 99 por cento.

Trata-se, portanto, de uma ótima e equilibrada execução, reveladora do empenhamento de todos os envolvidos na vida da instituição: membros, colaboradores e dirigentes, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros. Ainda de realçar, a credibilidade dos documentos previsionais, plano de atividades e orçamento.



Com o presente documento, confirma-se a gestão eficaz e equilibrada, com opções e apostas claras, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e os desígnios propostos.

Foi com o envolvimento de todos, que atingimos objetivos, ultrapassamos dificuldades e alcançamos os desafios a que nos propusemos.

Nos termos de tudo que antecede, o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2015.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
  - 2.1. A importância de 183.725,11 euros para a conta de «Fundos»;
  - 2.2. A importância de 55.677,25 euros para a conta «Fundo de solidariedade social».
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa instituição, no exercício objeto de relato.

#### Conselho Diretivo

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
Domingues de Azevedo	Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Afonso dos Santos	Maria José Fernandes	Rosa Teresa Santos	José Carlos Marques







## XII. BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Balanço em 31 de dezembro de 2015

Rubricas	Notas	2015	2014
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4/6	22 117 539	19 869 247
Bens do património histórico e cultural	4	66 860	66 860
Propriedades de investimento	4	2 093 581	2 099 742
Ativos intangíveis	5	580 384	60 012
Outros ativos financeiros		862	54
<b>Subtotal</b>		<b>24 859 226</b>	<b>22 095 915</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	1 093	60 353
Adiantamentos a fornecedores	12.1	5 617	16 264
Estado e outros entes públicos	14.1	27 248	17 319
Membros	12.1/12.2	2 081 305	2 295 644
Outras contas a receber	12.1	75 806	136 000
Diferimentos	14.2	221 033	190 641
Caixa e depósitos bancários	12.3	642 386	211 742
<b>Subtotal</b>		<b>3 054 488</b>	<b>2 927 961</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>27 913 714</b>	<b>25 023 876</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.4	14 829 706	14 746 034
Resultados transitados		0	-87 618
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	194 323	191 619
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000
<b>Subtotal</b>		<b>15 044 028</b>	<b>14 870 035</b>
Resultado líquido do período		239 402	229 671
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>15 283 431</b>	<b>15 099 706</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10	51 391	166 391
Financiamentos obtidos	6/7	7 045 900	6 444 485
<b>Subtotal</b>		<b>7 097 292</b>	<b>6 610 876</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.1	854 196	299 308
Estado e outros entes públicos	14.1	174 020	165 402
Financiamentos obtidos	6/7	1 135 588	694 984
Diferimentos	14.2	345 855	502 091
Outras contas a pagar	12.1/13	3 023 333	1 651 510
<b>Subtotal</b>		<b>5 532 991</b>	<b>3 313 294</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12 630 283</b>	<b>9 924 170</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>27 913 714</b>	<b>25 023 876</b>



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2015

Rendimentos e gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	9	14 495 164	13 476 635
Subsídios à exploração	9	2 972	2 186
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1 934	-5 273
Fornecimentos e serviços externos		-9 750 692	-9 308 388
Gastos com pessoal	13	-4 458 760	-4 070 986
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-152 750	-144 697
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10	23 337	
Outros rendimentos e ganhos	4,1/9	1 033 799	1 101 384
Outros gastos e perdas		-323 665	-204 917
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>867 472</b>	<b>845 944</b>
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	4/5	-571 955	-543 560
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>295 517</b>	<b>302 384</b>
Juros e gastos similares suportados	6/7	-56 115	-72 713
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>239 402</b>	<b>229 671</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>239 402</b>	<b>229 671</b>

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015

Rubricas	Notas	2015	2014
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais método direto</b>			
Recebimentos de membros		15 759 894	15 038 436
Pagamentos a fornecedores		-10 282 493	-10 639 785
Pagamentos ao pessoal		-4 346 741	-3 884 655
Caixa geradas pelas operações		1 130 659	513 996
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		<b>17 319</b>	<b>23 555</b>
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		<b>91 874</b>	<b>71 189</b>
Fluxos das atividades operacionais (1)		1 239 852	608 740
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1 526 561	-6 281 704
Ativos intangíveis		-419 731	
Investimentos financeiros			-500 000
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			660 000
Investimentos financeiros		149 816	427 056
Juros e rendimentos similares		594	51 956
Fluxos das atividades de investimento (2)		-1 795 881	-5 642 692
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		3 057 318	3 785 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-1 320 000	-1 400 000
Juros e gastos similares		-55 346	-71 325
Financiamentos obtidos de locação financeira		-695 299	-660 596
Fluxos de atividades de financiamento (3)		986 673	1 653 079
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>430 644</b>	<b>-3 380 872</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		211 742	3 592 614
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.3	642 386	211 742



## Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2015

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas fundo solidariedade social	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 1 de janeiro de 2015 (ESNL)</b>	14 746 034	191 619	-87 618	20 000	229 671	15 099 706
Resultado líquido do período de 2014			229 671		-229 671	
Outras variações	83 672	2 704	-142 053		239 402	183 725
<b>Posição em 31 de dezembro de 2015 (ESNL)</b>	14 829 706	194 323		20 000	239 402	15 283 431





## XIII. ANEXO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

– **Designação da entidade:** Ordem dos Contabilistas Certificados

**1.2 – Sede:** Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

**1.3 – Natureza da atividade:** A Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) é uma pessoa **coletiva de direito público**, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei 2/2013 de 10 de Janeiro cuja redação em vigor consta da Lei n.º 139/2015 de 07 de setembro-Estatuto e Código Deontológico. A Ordem representa os profissionais, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis.

**1.4 – Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.**

**1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.**

### 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

#### 2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro;
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de demonstrações financeiras;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código de contas;
- Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC



**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

**2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2014.

### **3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

**3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OCC, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

#### **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos



A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Os ativos fixos tangíveis em curso, ainda em fase de construção, encontram-se registados no custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

### **ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	Entre 3 a 6 anos

### **PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**

As provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

### **IMPARIDADE DE ATIVOS**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum



indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

## **LOCAÇÕES**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

## **CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

A OCC está a adotar a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

## **PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente.

As propriedades de investimentos são mensuradas ao custo. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

## **INVENTÁRIOS**

### **Mercadorias e matérias-primas**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.





## **RÉDITO**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

## **IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.



Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

### **Reconhecimento e mensuração**

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

#### **Membros e outras dívidas de terceiros**

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

**Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

**Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

**Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

**3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OCC.



#### 4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014	Adições	Abate	Transferência	2015
Terrenos e recursos naturais	2 993 778				2 993 778
Edifícios e outras construções	12 365 078				12 365 078
Equipamento de transporte	291 432				291 432
Equipamento administrativo	3 601 745	75 330	2 429		3 674 646
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Bens do património histórico e cultural	66 860				66 860
Investimentos em curso - Instalações	6 661 430	2 484 391		11 093	9 134 728
Investimentos em curso - WEB TV		98 372			98 372
<b>Ativo bruto</b>	<b>26 207 392</b>	<b>2 658 092</b>	<b>2 429</b>	<b>11 093</b>	<b>28 851 963</b>
Depreciações acumuladas	6 271 285	398 708	2 429		6 667 565
<b>Ativo líquido</b>	<b>19 936 107</b>	<b>2 259 384</b>		<b>11 093</b>	<b>22 184 399</b>

Encontram-se registados ao custo de aquisição os investimentos em curso, que contemplam os valores realizados na aquisição dos edifícios para centros de formação e Casas do Contabilista Certificado, em Lisboa e no Porto. Os valores apresentados incluem as despesas com a coordenação e acompanhamento dos projetos, relativos às obras de remodelação das instalações, conforme o quadro que se segue:

Designação	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras	TOTAL
<b>LISBOA</b>						
Av. Defensores de Chaves, n.º 85 e 85 B	500 000	4 499	36 553	798	57 718	599 568
Av. Defensores de Chaves, n.º 83 e 83 C	1 175 000	9 400	76 375	815	159 994	1 421 584
Casa do Contabilista - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121-A	1 200 000	12 487	101 454	1 180	43 428	1 358 549
<b>Subtotal</b>	<b>2 875 000</b>	<b>26 385</b>	<b>214 382</b>	<b>2 793</b>	<b>261 140</b>	<b>3 379 701</b>
<b>PORTO</b>						
Av. 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62	3 000 000	24 000	195 000	475	2 535 552	5 755 027
<b>Total</b>	<b>5 875 000</b>	<b>50 385</b>	<b>409 382</b>	<b>3 268</b>	<b>2 796 692</b>	<b>9 134 728</b>



A coluna referente ao valor das obras, está influenciada pela política de dedução do IVA e da capitalização dos juros no montante de 208 509 euros.

#### 4.1 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

##### Modelo aplicado

A entidade manteve a contabilização das suas propriedades de investimento ao modelo do custo. Para maior detalhe sobre a política contabilística adotada consultar a nota 3.

##### Quantias reconhecidas como rendimentos foram:

Quantias reconhecidas como rendimento, na demonstração dos resultados provenientes das propriedades de investimento:

Identificação da propriedade de investimento	Montante considerado em rendimentos do período
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa	163 436

a) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

b) A vida útil esperada é de 50 anos, correspondendo a uma taxa de depreciação de dois por cento.

A variação ocorrida nas quantias escrituradas da propriedade de investimento no início e no fim do período, resume-se a:

Identificação da propriedade de investimento	2014	Adições	2015
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa			
Quantia bruta escriturada inicial			
Terrenos e recursos naturais	236 638		236 638
Edifícios e outras construções	2 196 226	36 228	2 232 455
<b>Subtotal</b>	<b>2 432 864</b>	<b>36 228</b>	<b>2 469 093</b>
Depreciações acumuladas iniciais	333 122		333 122
Quantia líquida escriturada inicial	2 099 742	36 228	2 135 971
Depreciações reconhecidas no período		42 390	42 390
<b>Saldo no final do período</b>	<b>2 099 742</b>	<b>-6 161</b>	<b>2 093 581</b>

Foram efetuadas obras de beneficiação na cobertura nas nossas instalações na Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa, os custos suportados com a reparação e montagem, no montante de 36 228 euros, foram registados em propriedades de investimento.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.



## 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.
- b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	2014	Adições	Ajust./Abate	2015
<b>Ativo intangível</b>				
Programas de computador (TOConline)	180 000	246 501		426 501
Licenças Oracle		171 207	3 424	167 783
Licenças Microsoft		150 845		150 845
Programa de computador (AFE)		86 100		86 100
Domínio OCC		18 450	18 450	
<b>Ativo intangível bruto</b>	<b>180 000</b>	<b>673 104</b>	<b>21 874</b>	<b>831 230</b>
Amortizações acumuladas	119 988	134 957	4 100	250 846
<b>Amortização acumulada</b>	<b>119 988</b>	<b>134 957</b>	<b>4 100</b>	<b>250 846</b>
<b>Ativo intangível líquido</b>	<b>60 012</b>	<b>538 147</b>	<b>17 775</b>	<b>580 384</b>

## 6 – LOCAÇÕES

### 6.1 – Locações financeiras

- a) A quantia escriturada é líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo;
- b) A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, que não é depreciable.

Ativo não corrente	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
<b>Ativo fixo tangível</b>			
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 448 020	1 483 361	7 964 659
<b>Investimentos em curso</b>			
Casa do Contabilista - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121-A	1 358 549	-	1 358 549

- c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:



Descrição	Ano 2016	>1 ano e = 5 anos	>5 anos	Total
<b>Banco Comercial Português</b>				
Contrato n.º 450002473	671 876	2 555 704		3 227 580
<b>Banco BPI, S.A.</b>				
Contrato n.º 20006211	33 712	141 420	456 458	631 590
<b>Total das locações financeiras</b>	<b>705 588</b>	<b>2 697 124</b>	<b>456 458</b>	<b>3 859 170</b>

## 6.2 – Responsabilidades refletidas

Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Designação	2016	2017 e seguintes	Total médio e longo prazo
Contrato n.º 450002473	671 876	2 555 704	3 227 580
Contrato n.º 20006211	33 712	597 878	631 590

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

## 7 – Custos dos empréstimos obtidos

### 7.1 – Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Financiamentos obtidos» por via da locação financeira, e empréstimos bancários, apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos bancários:</b>						
Banco Comercial Português	200 000		200 000			
Banco Santander Totta	230 000		230 000			
Banco, BPI, S.A.		2 585 000	2 585 000		2 585 000	2 585 000
Banco, BPI, S.A.		1 307 318	1 307 318			
<b>Locações financeiras:</b>						
Banco Comercial Português	671 876	2 555 704	3 227 580	662 420	3 227 687	3 890 107
Banco BPI, S.A.	33 712	597 878	631 590	32 564	631 798	664 362
<b>Total</b>	<b>1 135 588</b>	<b>7 045 900</b>	<b>8 181 488</b>	<b>694 984</b>	<b>6 444 485</b>	<b>7 139 469</b>

Financiamentos obtidos não correntes Locações financeiras	Contrato n.º 450002473		Contrato n.º 20006211	
	2015	2014	2015	2014
1 a 2 anos	681 343	671 807	34 357	33 248
2 a 3 anos	690 943	681 328	35 014	33 947
3 a 4 anos	700 679	690 983	35 684	34 660
4 a 5 anos	482 739	700 775	36 366	35 388
Mais de 5 anos		482 795	456 458	494 555
<b>Total</b>	<b>2 555 704</b>	<b>3 227 687</b>	<b>597 878</b>	<b>631 798</b>



## 8 – INVENTÁRIOS

### Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Rubricas	2015		2014	
	Quantia Bruta	Quantia líquida	Quantia bruta	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			59 253	59 253
Mercadorias	1093	1093	1100	1100
<b>Total</b>	<b>1093</b>	<b>1093</b>	<b>60 353</b>	<b>60 353</b>

### Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, detalham-se conforme quadro que se segue:

Movimentos	2015		2014	
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	1100	59 253	3 439	46 493
Compras	1927		652	17 380
Regularizações		-59 253	-2 339	
Saldo final	-1093		-1100	-59 253
<b>Gastos no período</b>	<b>1934</b>		<b>652</b>	<b>4 620</b>

Os inventários foram reclassificados por forma a relacionar os gastos em conformidade com a sua utilização ou destino.





## 9 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

RUBRICAS	2015	2014	Varição
<b>Vendas</b>			
Livros			0
Brochuras ações de formação	7 339	3 120	4 219
Aplicação informática	0		0
<b>Subtotal</b>	<b>7 339</b>	<b>3 120</b>	<b>4 219</b>
<b>Prestação de serviços</b>			
Jóias	115 000	70 500	44 500
Quotização			
Membros efetivos	10 296 984	10 355 442	-58 458
Membros suspensos	195 258	196 158	-900
<b>Inscrições ações de formação:</b>			
Formação eventual	1 531 712	1 283 856	247 856
Formação segmentada	5 815 16	4 396 32	1 418 84
Formação permanente	26 624	11 008	15 616
Formação à distância	7 579 04	4 334 24	3 244 80
Formação recorrente	18 815	12 056	6 759
Conferências	85 357	117 750	-32 393
Sessão de esclarecimento		23 760	-23 760
Congressos	89 160		89 160
Formação em Angola	19 025	19 025	
Vinhetas	95 375	107 678	-12 303
Serviços de informática	5 387 32	2 630 40	2 756 92
Multas	136 363	140 186	-3 823
<b>Subtotal</b>	<b>14 487 825</b>	<b>13 473 515</b>	<b>1 014 311</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>			
Encontro Nacional dos CC	9 476	5 878	3 598
Taxas e emolumentos e outros	6 810 05	7 673 30	-86 324
Publicidade	58 384	70 882	-12 498
Outros rendimentos	55 000		55 000
Patrocínios	2 972	2 186	786
Rendas de propriedades de investimento	1 634 36	1 633 03	134
Rendas em ativos fixos tangíveis	3 431	1 144	2 288
<b>Subtotal</b>	<b>9 737 04</b>	<b>10 107 22</b>	<b>-37 018</b>
<b>Juros</b>			
Depósitos bancários	3 022	47 659	-44 637
<b>TOTAL</b>	<b>15 471 890</b>	<b>14 535 016</b>	<b>936 875</b>

As variações mais relevantes ocorridas durante o ano de 2015, dizem respeito a:

- O significativo aumento de valor na subrubrica de formação à distância, revela a forte adesão por parte dos membros, às novas tecnologias, ou seja, o recurso ao e-learning.



b) Em 2015 ocorreram sessões de esclarecimento em todas as capitais de distrito e ilhas sobre a alteração de Estatuto da Ordem, sessões essas facultadas gratuitamente aos membros, verificando-se um valor nulo em 2015, como se pode constatar no quadro acima.

c) A subrubrica de outros rendimentos inclui os valores referentes à cedência de espaços a entidades parceiras da Ordem, aquando do V Congresso da OCC.

## 10 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

a) A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;

b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar a obrigação;

c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2015 procedeu-se à liquidação do processo judicial (Autoridade da Concorrência) e o montante excedente da provisão, registado como reversão.

Mantém-se a estimativa, que foi determinada de acordo com os riscos e incertezas associados às obrigações que se encontram por liquidar.

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2015	160 000	6 391	166 391
Reversões	23 337		23 337
Utilizações	91 663		91 663
Saldo em 31 de dezembro de 2015	45 000	6 391	51 391

## 11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser detalhado da seguinte forma:

A reconciliação do resultado antes de imposto, para o imposto do período, é a seguinte:



Descrição	2015	2014
Resultado antes de impostos	239 402	229 671
Resultado antes de impostos sujeito (I)	-279 615	-239 292
Taxa de imposto(II)	21,50%	21,50%
Imposto esperado (IxI)		
<b>Imposto sobre o rendimento (III)</b>		
<b>Taxa efetiva de imposto (III / I)</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

## 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

### 12.1 – Fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de fornecedores, membros, outras contas a receber e a pagar e pessoal, apresentavam a seguinte decomposição:

#### Ativos e passivos correntes

Descrição	2015			2014		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Ativos</b>						
Membros	4 948 775	2 867 470	2 081 305	5 010 365	2 714 721	2 295 644
Adiantamentos a fornecedores	5 617		5 617	16 264		16 264
Outras contas a receber	90 336	14 530	75 806	150 530	14 530	136 000
<b>Total do ativo</b>	<b>5 044 728</b>	<b>2 882 001</b>	<b>2 162 727</b>	<b>5 177 158</b>	<b>2 729 251</b>	<b>2 447 907</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	854 196		854 196	299 308		299 308
Outras contas a pagar	3 023 333		3 023 333	1 651 510		1 651 510
<b>Total do passivo</b>	<b>3 877 529</b>		<b>3 877 529</b>	<b>1 950 817</b>		<b>1 950 817</b>
<b>Total líquido</b>	<b>1 167 199</b>	<b>2 882 001</b>	<b>-1 714 802</b>	<b>3 226 341</b>	<b>2 729 251</b>	<b>497 090</b>

Na rubrica de outras contas a pagar, está incluído o montante de 1 734 736 euros, referente a dívidas a fornecedores de investimentos (reabilitação dos espaços em Lisboa e no Porto). Valores que são pagos geralmente, e assim acontece na nossa instituição, no prazo máximo de 45 dias.

### 12.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

O cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.



Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	2015		2014	
	Dívidas dos Membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
Até 12 meses	1 235 508		1 295 682	
De 13 a 18 meses	131 040	19 656	174 637	26 196
De 19 a 24 meses	149 460	37 365	233 334	58 334
De 25 a 60 meses	1 244 635	622 318	1 353 040	676 520
Superior a 60 meses	2 188 132	2 188 132	1 953 672	1 953 672
<b>Total</b>	<b>4 948 775</b>	<b>2 867 470</b>	<b>5 010 365</b>	<b>2 714 721</b>

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	232 330	79 580	152 750
<b>Total</b>	<b>232 330</b>	<b>79 580</b>	<b>152 750</b>

### 12.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	24 360	8 165
Depósitos à ordem	618 026	203 577
<b>Total</b>	<b>642 386</b>	<b>211 742</b>

### 13 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2015	2014
Remunerações dos órgãos da OCC	1 021 653	862 751
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	231 826	188 890
Outros gastos	13 150	31 154
Remunerações do pessoal	2 557 042	2 386 494
Encargos sobre remunerações do pessoal	535 796	502 318
Outros gastos	99 293	99 380
<b>Total</b>	<b>4 458 760</b>	<b>4 070 986</b>

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.



## 14 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 14.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
<b>Estado e outros entes públicos</b>		
<b>Ativos</b>		
Imposto sobre o rendimento a receber	738	17 319
Imposto sobre o valor acrescentado	26 510	
<b>Total do ativo</b>	<b>27 248</b>	<b>17 319</b>
Retenção de impostos sobre rendimentos	90 084	84 241
Imposto sobre o valor acrescentado		3 191
Contribuições para a Segurança Social	83 834	77 961
Fundo de compensação do trabalho	102	10
<b>Total do passivo</b>	<b>174 020</b>	<b>165 402</b>
<b>Total líquido</b>	<b>146 772</b>	<b>148 083</b>

### 14.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	2015	2014
<b>Ativos</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Contratos de manutenção <i>software</i>	28 816	85 579
Material de economato	63 274	19 858
Juros - contrato <i>leasing</i>	3 064	3 703
<b>Outros</b>		
Aluguer de salas		1 400
Seguro de doença	32 944	32 332
Seguro responsabilidade civil		10 725
Seguro de responsabilidade civil CC	70 808	
Deslocações e estadas		18 847
Seguros diversos	8 691	8 521
Outros	13 436	9 678
<b>Total</b>	<b>221 033</b>	<b>190 641</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Jóias, quotização, inscrições	345 855	502 091
Formação, rendas		
<b>Total</b>	<b>345 855</b>	<b>502 091</b>



## 14.3 – FLUXOS DE CAIXA

### 14.3.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Descrição	2015
Caixa e depósitos bancários	
Caixa	24 360
Depósitos à ordem	618 026
<b>Total</b>	<b>642 386</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OCC.

A rubrica de caixa está influenciada por valores recebidos em 2015, cujo depósito ocorreu em janeiro de 2016.

## 14.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2015	2014
Fundos	14 829 706	14 746 034
Resultados transitados		-87 618
Reservas de fundo de solidariedade social	194 323	191 619
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	239 402	229 671
<b>Total</b>	<b>15 283 431</b>	<b>15 099 706</b>

De salientar que durante o período de 2015, 31 membros beneficiaram do fundo social, no total de 55 677 euros.

## 14.5 – Fundo de pensões


Na rubrica «Outras contas a pagar» (nota 13.1) mantém-se reconhecido o montante de 250 000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões, cujo valor será entregue logo que exista disponibilidade financeira.



## 15 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 3 de março de 2016.

CCn.º 7605	Conselho Diretivo						
	Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
 Ana Teresa Pina	 Domingues de Azevedo	 Filomena Felgueiras Moreira	 Ezequiel Fernandes	 Cláudia Afonso dos Santos	 Maria José Fernandes	 Rosa Teresa Santos	 José Carlos Marques







## XIV. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

Parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo relativo ao período de 2015

No respeito pelos Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (hoje Ordem dos Contabilistas Certificados) e, tendo em vista o exercício dos poderes conferidos pelo n.º 1 do artigo 33.º C, reuniu, em 3 de março de 2016, o Conselho Superior da Instituição, para emitir parecer, nos termos das disposições citadas, sobre o relatório e contas da Ordem, apresentados pelo Conselho Diretivo à assembleia geral, a realizar a 19 de março do corrente ano.

Como é seu dever e tem sido sua prática, o Conselho Superior procedeu a uma análise detalhada do conteúdo dos documentos sob apreciação, traduzida numa ampla troca de informações entre os seus membros e numa profícuca discussão, induzida pela intervenção inicial, muito esclarecedora, da vice-presidente do Conselho Diretivo, em representação do Bastonário.

Torna-se difícil exprimir num parecer sintético o conteúdo integral da apreciação que o Conselho Superior fez da natureza e conteúdo dos documentos apresentados, bem como de todas as conclusões a que se chegou, como consequência da reunião efetuada, pelo que se opta por salientar os aspetos mais relevantes e mais marcantes do período.

Assim, em consequência daquela análise e da discussão havida salientamos os pontos mais relevantes:

1. Os desvios que se verificam face ao orçamento e plano de atividades para 2015, aprovado em assembleia geral, não são significativos.
2. Deve realçar-se a execução, praticamente integral, de todas as tarefas definidas, nos diversos domínios de atividade da Ordem dos Contabilis-



tas Certificados, sem que isso se tenha traduzido em desvios significativos ao nível de rendimentos e gastos.

3. Esta execução, qualitativa e quantitativa, é tanto mais de salientar, quanto, como é sabido, o exercício de 2015 decorreu num período de incerteza no plano económico e social do país (agravada pela crise política), o que, naturalmente, não poderia deixar de gerar influências negativas sobre a atividade da Ordem.
4. No exercício de 2015 verificaram-se diversos eventos importantes que estão devidamente evidenciados no relatório e contas e que muito contribuíram para a imagem da nossa instituição.
5. No capítulo da formação, que continua a ser uma imagem de marca da Ordem, verificou-se uma participação generalizada dos membros, sinal do interesse que estes demonstram na atualização dos conhecimentos na sua área de atuação.

O elevado número de participantes nas ações de formação nas mais diversas componentes são o retrato fiel do sucesso desta política da Ordem.

6. Também em 2015 se continuou a verificar um excelente nível de desempenho de todos os órgãos da instituição e colaboradores, o que muito contribuiu para a afirmação da nossa Ordem e para a imagem pública que esta vem consolidando na sociedade.
7. No plano internacional procedeu-se à consolidação de todas as parcerias existentes.

Deve realçar-se a eleição do Bastonário António Domingues de Azevedo como presidente do CILEA (Comité de Integração Latino Europa-América) o que confirma e comprova a referência anterior. De igual modo se regista e louva a eleição do diretor Ezequiel Fernandes para o *board* da EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SME's*).

8. Uma vez mais se reconheceu a qualidade da política de comunicação da Ordem, bem aferida pelo facto de, sistematicamente, os responsáveis da instituição e, nomeadamente, o seu Bastonário, serem chamados a intervir e a colaborar no esclarecimento de múltiplas situações de natureza social, económica e fiscal, que nos últimos tempos, têm sido impostas aos agentes económicos, e de forma geral, a todos os cidadãos.
9. Constata-se facilmente que toda a bem sucedida atividade da Ordem se



orientou sobretudo para a valorização contínua dos seus membros, na sua dimensão profissional, mas também, na sua dimensão social e cultural, tendo sido realizadas muitas ações que visavam esses objetivos e são testemunho destas preocupações.

10. O Conselho Superior regista e saúda o incremento da política de investimentos físicos e assinala, como facto marcante, a inauguração no próximo dia 19 da representação do Porto numa cerimónia que terá grande significado para a história da instituição. Com as novas e modernas instalações do Porto a que brevemente se adicionará desenvolvimentos nas instalações da sede criam-se condições ótimas para um salto quantitativo e qualitativo da atividade desenvolvida quer ao nível da formação, dos serviços prestados aos membros e nas relações de proximidade com as comunidades profissionais a que acrescerão, oportunamente, valências complementares no domínio do social e do convitual.
11. No apoio aos membros a Ordem dos Contabilistas Certificados prosseguiu o desenvolvimento de projetos de apoio informático que têm sido muito bem recebidos e estão progressivamente a transformar-se em ferramentas decisivas para o bom, correto e transparente desenvolvimento da profissão.
12. O Conselho Superior foi também informado sobre o desenvolvimento das negociações que estão a decorrer com as autoridades oficiais no sentido de consolidar o SNC-AP, que se forem bem sucedidas, como se espera, abrirão novos espaços de intervenção para os profissionais.
13. Finalmente, pôde verificar-se que o relatório analisado bem como as contas e anexos que foram apresentados estão elaborados de forma bem estruturada e transparente e obedecem a todos os requisitos legais e procedimentais adequados e exigidos.

Nestes termos, com estes considerandos e, em síntese, o Conselho Superior:

- a) Felicita os órgãos sociais e, em especial, o seu Bastonário, pelos êxitos e realizações alcançados ao serviço da Ordem, durante o ano de 2015, estimulando-os a que continuem e desenvolvam os objetivos que vêm sendo traçados, em benefício da profissão de contabilista e da plena inserção e acrescida credibilidade, dos respetivos profissionais na sociedade portuguesa;
- b) Delibera, por unanimidade, emitir um parecer favorável, à aprovação, pela assembleia geral da Ordem, sobre o relatório e contas do exercício de 2015, uma vez que as realizações relatadas e escrutinadas, correspondem, quase



integralmente, aos objetivos iniciais aprovados e aos meios colocados à disposição para a sua concretização.

### Conselho superior

---

Presidente	Vogal	Rep. do Norte	Rep. do Centro	Rep. do Sul
				
Domingues de Azevedo	Filomena Felgueiras Moreira	José Alberto Pinheiro Pinto	José Neves Raimundo	António Manuel dos Santos Nabo
Rep. da Madeira	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
				
Carlos Pinto	António José Alves da Silva	João Lopes Ribeiro	Avelino Azevedo Antão	Leonel da Silva Pontes



# XV. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA DE 2015

## 1. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) e nos termos do disposto na alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à assembleia geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

## 2. ÂMBITO

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37.º do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de atividades e orçamento, a atividade administrativa do Conselho Diretivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 3 de março de 2016, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.



### **3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

#### **3.1 Organização interna do CF**

A organização interna do CF obedece a um regulamento de funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004.

#### **3.2 Reuniões**

Em 2015, o CF realizou 12 reuniões.

#### **3.3 Plano de atividades e orçamento para 2015**

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e orçamento (PAO) Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objetivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores, em assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2015, o presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a intervenção do CF no sentido da emissão de um parecer sobre o PAO de 2016, tendo o mesmo sido favorável.

#### **3.4 Acompanhamento das atividades dos outros órgãos da Ordem**

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a atividade de todos os órgãos da OCC, pelo que a atuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da atividade dos órgãos da OCC foi o de analisar as respetivas atas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou esclarecimentos. O atual Conselho Disciplinar, mantém a decisão de não disponibilizar as atas das respetivas reuniões, por considerar que a sua atividade assume carácter sigiloso.

Além disso, o CF analisou os relatórios de atividades dos restantes órgãos, os quais estão em conformidade com as respetivas competências estatutárias, sendo que o relatório de atividades do Conselho Diretivo descreve as suas principais atividades.



O Conselho Fiscal congratula-se pela eleição do Bastonário, António Domingues de Azevedo, para a presidência do CILEA – Comité de Integração Latino Europa-América desde 28 de novembro de 2015, bem como, pela eleição do diretor Ezequiel António Nunes Fernandes para *member of the board* da *European Federation of Accountants and Auditors For SME's* (EFAA).

### **3.5 Acompanhamento das atividades dos departamentos internos, comissões e grupos de trabalhos**

Considerando que os departamentos internos, comissões eventuais, comissões permanentes e grupos de trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à atividade administrativa do Conselho Diretivo e do Bastonário, o CF entende que a sua ação fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respetivas atividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua atividade administrativa.»

Neste contexto, o CF verificou que os relatórios das atividades dos departamentos, comissões e grupos de trabalho, reproduzem as tarefas desenvolvidas durante o ano, sendo que as principais atividades são descritas no relatório de atividades do Conselho Diretivo.

### **3.6 Notas de Recomendações**

O CF tem desempenhado os suas funções de forma proativa reunindo com alguns elementos do CD apresentando sugestões e recomendações.

### **3.7 Outros procedimentos**

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os diretores e com responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OCC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e os anexos, com a normalização contabilística aplicável às entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e, em particular, com os modelos de demonstrações financeiras



ras publicados através da Portaria n.º 105/2011, de 14 de março.

- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no anexo, designadamente no que concerne a depreciações e amortizações, perdas por imparidade de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos ativos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;
- e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;
- f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
  - Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
  - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;
  - Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em ativos e de provisões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
  - Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
  - Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo (periodização económica);
  - Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes, os quais se encontram traduzidos nas demonstrações financeiras apresentadas.
- g) Acompanhamento de todos os investimentos em curso.





- h) Participação nos eventos organizados pela Ordem em todo o País.
- i) Análise do relatório elaborado pelos auditores externos, os quais serviram de base para verificações complementares do CF.

### **3.8 Certificação legal de contas**

Estando a Ordem dos Contabilistas Certificados sujeita, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, à certificação legal das contas, foi atribuída à sociedade de revisores oficiais de contas, "Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.", com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, a emissão da certificação legal das contas de acordo com a Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

## **4. RELATÓRIO E CONTAS**

### **4.1 Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 contemplam os assentos contabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

- a) Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Ordem utilizou em 2010 aquele normativo. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem passou a utilizar, desde o ano de 2011, as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos (ESNL), cujos instrumentos legais publicados são: a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, quanto aos modelos de demonstrações financeiras; a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, no que respeita ao código de contas; e o Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março, no que concerne à norma contabilística e de relato financeiro para as ESNL;
- b) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo e da característica qualitativa da prudência (por exemplo, perdas por imparidade de dívidas a receber), o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras



da Ordem;

- c) Desde o início da atividade da OCC que os resultados líquidos dos períodos têm registado valores positivos. O resultado líquido do período de 2015, positivo em 239 402 euros é devido essencialmente à boa gestão da Ordem;
- d) As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2015 reduziram para 4 948 775 euros (em 2014 eram de 5 010 365 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 2 867 470 euros;
- e) De acordo com a demonstração de fluxos de caixa, registou-se uma variação positiva de 430 644 euros, justificada pela variação negativa dos fluxos de caixa das atividades de investimento no valor de 1 795 881 euros, já que os fluxos de caixa das atividades de operacionais e de financiamento foram positivas em 1 239 852 euros e 986 673 euros, respetivamente.

#### 4.2 Relatório de atividades

O CF procedeu à análise do relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD) de 2015, o qual descreve as atividades do Conselho Diretivo e dos restantes órgãos da OCC, bem como dos departamentos e comissões, exceto as do CF, as quais estão traduzidas neste relatório.

#### 5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Como é referido no relatório de atividades do Conselho Diretivo (RACD), o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 3 de março de 2016

O Conselho Fiscal,

Conselho Fiscal,

---

Presidente

António Joaquim  
Fernandes  
Cerqueira

1.º Vogal

Rita  
Cordeiro

2.º Vogal

Tomás Santos



# XVI. PARECER DO CONSELHO FISCAL

## INTRODUÇÃO

1. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 139/2015 de 7 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) e nos termos do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, examinamos o relatório e contas de 2015 do Conselho Diretivo, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), as quais incluem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 27 913 714 euros e um total dos fundos patrimoniais de 15 283 431 euros, incluindo um resultado líquido do período de 239 402 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o correspondente anexo.

## Responsabilidades

2. É da competência do Conselho Diretivo da OCC a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. Estando a Ordem dos Contabilistas Certificados sujeita, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, à certificação legal das contas, foi atribuída à sociedade de revisores oficiais de contas, “Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.”, com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, a emissão da certificação legal das contas de acordo com a Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).
4. A referida certificação legal das contas, para o período findo em 31 de dezembro de 2015, datada de 3 de março de 2016, foi emitida na modalidade, sem reservas e sem ênfases.



5. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

### Âmbito

6. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.
7. O relatório anual da atividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa atividade fiscalizadora.
8. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras do período.
9. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2015.

### PARECER

10. Somos de parecer que o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2015 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OCC em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data.

Lisboa, 03 de março de 2016

Conselho Fiscal,

---

Presidente

António Joaquim  
Fernandes  
Cerqueira

1.º Vogal

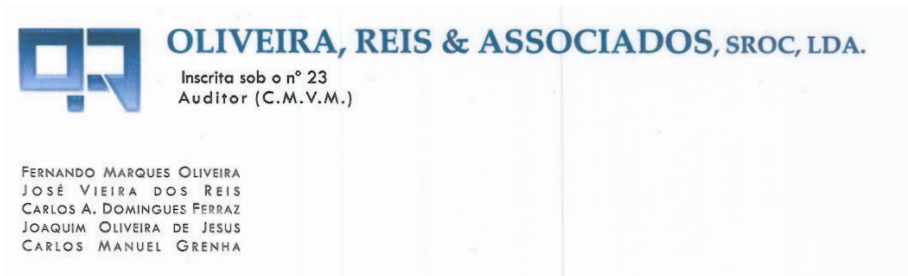
Rita  
Cordeiro

2.º Vogal

Tomás Santos



# XVII. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS (OCC)*, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 27 913 714 euros e um total de fundos patrimoniais de 15 283 431 euros, incluindo um resultado líquido de 239 402 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da OCC e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as normas técnicas e as diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS (OCC)**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 3 de março de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus,  
ROC n.º 1056

